



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Katherine Oliveira dos Santos

Ação Social Escolar para Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico – o caso de um município do norte do país



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Katherine Oliveira dos Santos

**Ação Social Escolar para Crianças do 1º Ciclo
do Ensino Básico – o caso de um
município do norte do país**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança- Intervenção Psicossocial
com Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Natália Fernandes

outubro de 2016

Nome: Katherine Oliveira dos Santos

Endereço eletrónico: katherinesantosflash@gmail.com

Telefone: 919569123

Cartão de Cidadão: 12259922

Dissertação de Mestrado: Ação Social Escolar para Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico – o caso de um município do norte do país

Orientadora: Professora Doutora Natália Fernandes

Ano de conclusão:2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Estudos da Criança- Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias.

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

A realização deste trabalho, apesar de ter sido um processo longo e árduo, foi a concretização de um sonho. Mas nada teria sido efetuado sem ajuda de várias pessoas que sempre tiveram palavras de incentivo para continuar esta caminhada.

Por isso, é com toda a amabilidade que pretendo, em poucas palavras, agradecer a todos os que acreditaram em mim.

Primeiramente, quero agradecer à minha família. Aos meus pais, que desde sempre, gostariam que prosseguisse os meus estudos. Eles são os pilares da minha vida e um exemplo a seguir. Ao meu irmão, o grande amor da minha vida, que sempre esteve presente na minha vida e, juntamente com os meus pais, ajudou-me a ser a pessoa que sou hoje. Agradeço a ajuda da minha cunhada e o apoio dos meus sobrinhos que são os meus “pequenos” amores. Também não podia deixar de parte outras pessoas da família que de uma maneira ou de outra sempre estiveram presentes nesta etapa. Não vale a pena mencionar nomes, porque eles sabem quem são e a importância que têm na minha vida.

Seguidamente, quero agradecer ao meu namorado que demonstrou sempre muita paciência e nos momentos mais crónicos teve sempre palavras de incentivo. Ser-lhe-ei sempre grata por toda a dedicação, amor e compreensão.

Também não podia deixar de referir o nome de alguns amigos que sempre estiveram presente em cada etapa importante da minha vida. À Sofia de Sousa, companheira do Mestrado, que percorreu comigo cada momento deste percurso académico. Com ela vivenciei experiências inesquecíveis. À Paula e ao Carlos pela longa amizade, pela preocupação e dedicação.

Agradeço a todas as pessoas responsáveis pela ação social escolar e ao Vereador da Educação do concelho estudado pelo fornecimento de material necessário para a concretização deste estudo.

Para finalizar, quero agradecer a todos os professores que durante estes dois anos ajudaram na construção desta dissertação. Todos eles tiveram um papel importante, tanto pela dedicação como pela transmissão de conhecimentos que foram cruciais para a realização deste trabalho. A minha orientadora professora Dra. Natália Fernandes merece toda a minha gratidão pela ajuda, apoio, dedicação e empenho na construção desta dissertação. Esteve sempre presente na elaboração deste trabalho. Foi a pessoa responsável pela escolha do tema da dissertação de mestrado. A todos muito obrigado.

Ação Social Escolar para crianças do 1º ciclo do Ensino Básico- o caso de um município do norte do país.

Resumo

Esta investigação teve como objetivo primordial conhecer todos os pressupostos referentes à ação social escolar para crianças que frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico- o caso de um município do norte do país. Para a sua realização equacionaram-se alguns objetivos que pudessem esclarecer todas as questões sobre este assunto, tendo por base um enfoque metodológico de natureza qualitativa. Optou-se por um estudo de caso, utilizando para a recolha de dados a entrevista semiestruturada feita a duas entidades do município e a análise documental para a caracterização das políticas do concelho.

Da análise de dados chega-se à conclusão que a ação social escolar abrange vários tipos de subsídios escolares (em livros e material escolar, refeições, entre outros) com o objetivo de ajudar as famílias dos alunos com mais carências económicas. Existem dois tipos de escalão de subsídios escolares: o escalão A que dá acesso gratuito a todos os apoios e o escalão B com apoio de 50 %.

Constatou-se que o município desenvolveu algumas medidas acrescidas para dar resposta a direitos básicos para as crianças, como o direito à alimentação. O concelho é o responsável por transferir para os agrupamentos de escola as verbas destinadas à ação social escolar.

Apesar da crise económica que assola o nosso país, a variação dos subsídios escolares não sofreu modificações, tendo-se mantido entre os anos 2011 e 2016. Atestou-se que a alteração verificada ao longo deste período foi o aumento do número de alunos no escalão A, comparativamente com o escalão B.

Palavras-chave: Descentralização, município, ação social escolar, subsídios, escalão, 1º ciclo do ensino básico, crianças, inclusão e direitos.

Abstract

This research had as main objective to know all the principles concerning the school social service for children who attend the “Primary School”- the case of a northern municipality of the country. Some goals were defined in order to clarify our initial questions, based on a qualitative methodological approach. The method chosen was a case study, collecting data by a semi-structured interview to two county institutions and by a documental analysis to characterize the county's policies.

From the data analysis we conclude that school social action covers various types of school allowances (books and school supplies, meals, etc.) in order to help the families of students with more economic needs. There are two levels of school grants: level A, which affords all the support and level B with the support of 50% of the support.

It was found that the municipality has developed some additional measures to guarantee basic children rights, such as the right to food. Thus, the amount of money for the school social service is transferred to schools by the county.

Despite the economic crisis in our country, the grants have been kept unaltered between 2011 and 2016.

Within this period it was noticed an increase of students who got grant level A, when compared to students who got grant level B.

Keywords: Decentralization, county, school social service, allowances, levels, “Primary School”, children, inclusion and rights.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
A evolução da educação em Portugal	6
<i>Descentralização/ centralização do poder central para as autarquias</i>	6
<i>Descentralização/ centralização do poder central para as autarquias a nível educativo</i>	8
Direito à Educação e à Ação Social Escolar	13
As crianças como sujeito ativos de direitos	16
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	21
Metodologias de investigação	21
<i>Tipo de estudo</i>	22
<i>Método</i>	23
<i>Objetivos de estudo</i>	24
<i>Questões orientadoras de investigação</i>	24
<i>Instrumentos</i>	25
<i>Análise documental</i>	25
<i>Entrevista</i>	25
<i>Procedimentos</i>	26
<i>A análise e tratamento de dados</i>	27
<i>Análise de conteúdo</i>	27

<i>Validade e fiabilidade da análise de conteúdo</i>	28
<i>Caracterização do concelho</i>	28
<i>Contexto geográfico</i>	28
<i>Contexto demográfico</i>	29
<i>Contexto socioeconómico</i>	29
<i>Contexto educativo</i>	29
<i>Contexto socioeducativo</i>	30
CAPÍTULO III – ANÁLISE DE DADOS	33
Análise de dados	34
<i>População abrangida pelo apoio social escolar no 1º ciclo</i>	34
<i>Políticas sociais de apoio a casos de carência económica</i>	36
<i> Critérios para se obter estes apoios sociais escolares</i>	36
<i> Apoios sociais escolares providos pela Câmara Municipal</i>	37
<i>Impactos da crise económica na população de crianças do 1º ciclo do Ensino Básico</i>	38
<i> Natureza das políticas sociais de apoio</i>	38
<i> O seu impacto no combate ao abandono escolar</i>	41
CONCLUSÃO	43
Bibliografia	46
Anexos	54

Siglas e Abreviaturas

ANMP- Associação Nacional Municipal Português

ASE- Ação Social Escolar

CDC- Convenção sobre os Direitos das Crianças

CME- Conselho Municipal da Educação

EPIS- Empresários Para a Inclusão Social

IASE- Instituto da Ação Social Escolar

IRS- Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

LSBE- Lei de Bases do Sistema Educativo

NUT- Nomenclatura Territorial

OEI- Organização dos Estados Ibero-americanos

PIES- Projeto de Integração Escolar e Social

SASE- Serviço de Ação Social Escolar

Lista de anexos

Anexo I- Tabela de categorização dos dados	55
Anexo II- Pedido de autorização à responsável pela ASE	58
Anexo III- Pedido de autorização ao Vereador da Educação	60
Anexo IV- Termo de consentimento informado	61
Anexo V- Formulário de Candidatura para aquisição do apoio social escolar	63
Anexo VI- Guião da Entrevista	64
Anexo VII- Entrevisto nº1	66
Anexo VIII – Entrevista nº 2	68

Índice dos quadros

Quadro 1- Taxa de variação da população residente no Concelho entre 1981 e 2011	29
Quadro 2- Valores dos subsídios escolares no ano letivo 2015/2016	36
Quadro 3- Diferença entre o valor concedido pela Câmara e por lei referente ao subsídio do material e manuais escolares	37
Quadro 4- Valor dos subsídios desde 2011/2012 a 2015/2016	39
Quadro 5- Número de alunos com almoço gratuito nas Interrupções letivas	40
Quadro 6- Total de alunos do 1º Ciclo com escalão A e B	40

Índice das figuras

Figura 1- Evolução do Número de Alunos do 1º Ciclo	30
Figura 2- Evolução do número de alunos com direito aos apoios escolares	41

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem como principal objetivo caracterizar o papel da ação social escolar para crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, centrando – se no caso de um município do norte do país.

Ao longo dos anos Portugal sofreu grandes modificações a nível educativo, demonstrando-se, por vezes, a intenção da descentralização dos poderes para as autarquias. Neste sentido, foi necessário compreender as razões que levaram o poder central a transferir as competências da área da educação para os municípios.

Com a instauração do regime democrático, em 1979, o Ensino Básico tornou-se de acesso universal e gratuito a todas as crianças, segundo o decreto-lei nº538/79 de 31 de dezembro, e tentou-se criar condições para apoiar a escolaridade obrigatória através de medidas de ação social.

Mais tarde, em 1984, através do Decreto-lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, foram atribuídas às autarquias competências para a “autorização de ajuda económica aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico da rede pública, que se inseriam em famílias cuja situação socioeconómica fosse desfavorecida”.

A partir destes desenvolvimentos, criou-se um organismo responsável pela ação social escolar, o Conselho Consultivo de Ação Social Escolar, que trouxe algumas modificações nos domínios da gestão dos transportes escolares, da ação social escolar e das atividades de melhoria escolar.

Assim, os municípios, de ano para ano, foram tendo uma participação mais direta na educação, sendo-lhes requerida uma maior agilização de meios humanos, materiais e financeiros.

A atual crise económica que tem afetado a nossa sociedade tem trazido problemas a todos os níveis. Entre os vários cortes governamentais, a educação tem sido uma das áreas mais afetadas. Desta forma, é necessário perceber quais são as consequências que os municípios sentem com a implementação desses cortes, nomeadamente na Ação Social Escolar (ASE), que funciona como apoio escolar e tem como objetivo contribuir para as despesas escolares dos alunos, quer seja na obtenção de livros, de material escolar, quer seja, ainda, nas respostas ao nível das refeições, de transportes, entre outros.

Nesta conjuntura adversa interessa questionar se ao nível da ação social escolar foram desenvolvidas medidas acrescidas ou não de modo a proporcionar a todas as crianças pertencentes a meios socioeconómicos mais débeis um exercício do direito à educação de forma justa.

Se considerarmos que a imagem da criança como um individuo detentor de direitos tem já um percurso significativo, teremos de desenvolver mecanismos que promovam os direitos já conquistados e não permitam que haja um retrocesso no usufruto dos mesmos pelas crianças na contemporaneidade, num contexto bastante marcado pela precariedade económica.

Deste modo, a Convenção sobre os Direitos da Criança consagra a criança como um sujeito ativo com direitos humanos. O direito à educação e à segurança social são dois exemplos significativos dos direitos da criança, sendo que para a nossa proposta de pesquisa se assumem como centrais. Por tal, consideramos fundamental salvaguardar que o direito à educação eleva a “condição de aluno à categoria de um papel necessário que serve para a realização da dignidade humana” (Sacristán, 2005, p.19). Esta dignidade humana a que se refere o autor faz apelo a um exercício interdependente de direitos humanos e como sabemos tentar promover o direito à educação sem ao mesmo tempo dar resposta a outros direitos básicos relacionados com o bem-estar da criança será um exercício um pouco estéril. Assim, o direito à segurança social impele o Estado à obrigatoriedade de satisfazer as necessidades básicas das crianças sem recursos. Será portanto, a partir do questionamento destes direitos que pretendemos desenvolver a nossa pesquisa.

Para a concretização deste estudo, enveredámos pela metodologia de estudo de caso, por se centrar no estudo de um concelho em particular e reconhecer os distintos procedimentos em curso.

Na organização deste trabalho optámos por uma estrutura em capítulos.

No primeiro capítulo, destinado ao enquadramento teórico, começamos por fazer referência à evolução histórica da descentralização do poder central na administração educativa, ao papel dos municípios na educação e todas as repercussões que daí advieram, principalmente na área da ação social escolar, à conceção da infância e a importância do direito à educação e à segurança social.

O segundo capítulo abrange todos os passos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta investigação. Recorremos à investigação qualitativa e ao estudo de caso para responder aos objetivos propostos. Também, neste capítulo, esclareceremos os instrumentos utilizados na investigação (entrevistas e análise documental), o contexto e os procedimentos de recolha de dados.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados da análise dos dados das entrevistas e dos documentos com a finalidade de dar resposta aos objetivos em que se centra este trabalho.

Por último, são apresentadas as conclusões a que chegámos ao longo da nossa investigação.

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO TEORICO

A evolução da educação em Portugal

Ao longo dos anos Portugal sofreu grandes modificações a nível educativo, demonstrando-se, por vezes, a intenção da descentralização dos poderes para as autarquias. Numa situação de descentralização do poder central para o poder local foram introduzidas consecutivas leis, que tinham por objetivo envolver as autarquias em várias áreas, como a educação, a ação social escolar, saúde, planeamento e ordenamento do território, ambiente, cultura, entre outros. Sendo assim, será importante perceber a forma como o nosso país se sobressaiu no empenhamento dos municípios no campo educativo e, em particular na ação social escolar, como também será relevante entender os factos que marcaram a história e as consequências que foram surgindo com as sucessivas transformações políticas.

Descentralização/ centralização do poder central para as autarquias

Em torno da palavra descentralização vários autores têm definições distintas. Para Freitas do Amaral (1994) a descentralização é caracterizada como sendo territorial, institucional e associativa. Enquanto a descentralização territorial origina as chamadas autarquias locais, a descentralização institucional dá lugar aos institutos públicos e às empresas públicas e a associativa dá origem às associações públicas.

Para Machado na (1982, p.5)

descentralização administrativa operada pela devolução de poderes há que distinguir ainda a descentralização territorial em coletividades territoriais autónomas, que muitos consideram ser a única verdadeira descentralização. Esta descentralização corporiza-se nas autarquias locais, que são pessoas coletivas de população e território, com fins múltiplos, isto é, pessoas coletivas que têm um substrato pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado.

Em relação ao conceito de centralização, Fernandes (1996) ressalva que esta está intimamente ligada à responsabilidade e ao poder de decidir, concentrando-se estes poderes no Estado e na administração pública, sendo da competência das outras estruturas administrativas a capacidade de cumprir as instruções providas do poder central. Já a descentralização é o reconhecimento cada vez maior da complexidade da sociedade, da incapacidade de os serviços centrais preverem, categorizarem e tipificarem todos os problemas que surgem “a nível local e da inadequação de um modelo de resolução dos problemas, apenas através da tomada de decisões uniformes para todo o território” (Machado, 2014,p.41).

A administração centralizada, desde sempre, teve dificuldade em estabelecer qualquer espécie de contacto com a realidade, ou seja, aqueles que tinham o poder de decidir não tinham uma perceção muito real sobre a implementação das suas decisões e muito menos tinham acesso ao território sobre o qual visavam estas decisões.

Na opinião de Barroso (1998) para melhorar a participação dos indivíduos na administração é necessário pôr de parte as ideias do Estado centralizado e incentivar a descentralização, permitindo uma relação mais próxima entre os administradores e os administrados e, com esta iniciativa, os conflitos e as decisões seriam mais conclusivas, visto que seriam tomadas pelos protagonistas que conhecem o território.

Ao longo dos anos Portugal foi sempre alvo de um poder centralista, mas com a implementação do Estado Novo esta propensão foi intensificada. Todavia, com a instauração da Constituição de 1976 surge a descentralização de certas competências e a autonomia do Poder Local, ainda que, com algumas limitações, na medida em que este poder ainda se encontra dependente das decisões do poder central.

Em meados dos anos 80, apesar da grave crise económica, política e social, notou-se no poder central um aumento significativo da produção legislativa, que pretendeu delegar certas competências para as autarquias. Todavia, as pessoas responsáveis pelo poder local queixavam-se que os meios financeiros destinados aos municípios continuavam a ser insuficientes para o desempenho das competências que lhe são destinadas (ANMP, 2008). Atualmente, esta falta de meios e a carência de financiamentos centrais têm-se mantido. O nível de dependência dos rendimentos da gestão central está relacionado com o grau de crescimento económico do município. A autonomia financeira dos concelhos resulta essencialmente de receitas fiscais próprias que proporcionam uma menor dependência das verbas da administração central.

Descentralização/ centralização do poder central para as autarquias a nível educativo

Na esfera educativa, a descentralização do ensino e a autonomia das escolas tem encarado, ao longo dos anos, obstáculos dos órgãos da administração central, que não quer deixar de coordenar certas competências que pensa que lhe são inerentes (como o caso da definição do currículo nacional e tem dificuldade em transferir para os municípios competências e responsabilidades relativamente ao ensino.

Perante a opinião de Fernandes et al (2000, p. 5):

(...) a ação dos municípios no domínio da educação vem assumindo uma importância cada vez maior à medida que se aprofundam as políticas de territorialização educativa e se procura uma reformulação organizacional que envolva a educação pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico em plano de igualdade com os outros ciclos e níveis de educação e ensino.

A melhoria da ação educativa e o conseqüente aumento do poder para as autarquias foi uma das medidas de descentralização que surgiu com a implantação da República. Para Fernandes (2004) esta medida de descentralização administrativa trouxe inconvenientes em vários domínios, como no atraso dos vencimentos dos professores, provocando nestes indignações e o desejo da centralização.

Perante a instabilidade política desta época, regressa-se à centralização, visto que a descentralização acabou por não ser implementada, devido aos problemas e reclamações que foram surgindo.

Deste modo, as autoridades locais não investiam na educação, porque não tinham recursos económicos e a instrução escolar não era uma preferência da política educativa para o governo e, conseqüentemente, para os municípios.

Durante o regime do Estado Novo, o período salazarista (1930-1969) liderado por Oliveira Salazar, definiu-se como sendo uma “ República orgânica e corporativa”, em que a “ soberania residia em a Nação”, condicionada pela “ moral e pelo direito” (Oliveira, 1996, p.285).

Durante este período de ditadura, as autarquias tinham poucos recursos financeiros, e, por isso, a manutenção e preservação das escolas e as despesas escolares ficavam cada vez mais degradados e comprometidos.

Com a revolução de 25 de abril de 1974 a democracia voltou a tomar o seu lugar e o poder local foi fortalecido. As autarquias portuguesas readquiriram a sua autonomia e novos poderes, de modo a responder às necessidades e problemas da população. Deste modo, “ com a mudança política efetuada em 1974 e consolidada na constituição de 1976, dá-se o renascimento do município como expressão da democracia local” (Fernandes, 1999, p. 167). Desenrola-se, assim, no nosso país um processo de descentralização administrativa na área da educação.

Esta cooperação entre o poder local e central na área da educação teve relevante importância, no que diz respeito ao transporte escolar, à ação social escolar e à conservação e manutenção das escolas.

Passados três anos, em 1979, o Ensino Básico passou a ser de acesso universal e gratuito a todas as crianças, segundo o decreto-lei nº538/79, e tentava-se criar condições para apoiar a escolaridade obrigatória através de medidas de ação social.

Em meados da década de 80 e 90 surgiram mudanças de foro educativo com o aparecimento de algumas políticas relacionadas com a autonomia, administração e gestão escolar, a criação dos conselhos locais de educação e a elaboração de cartas educativas.

Fernandes (2000)) indica, que nesta altura, a conduta municipal tem tido sempre mais iniciativas em relação às definições legais das suas funções educacionais. Pinhal (2006, p.104) tem a mesma opinião, referindo que

a crescente intervenção municipal na área da educação e da formação não é uma decorrência direta e linear da evolução da legislação. Antes pelo contrário, a legislação pareceu ir sempre “a reboque” de experiências que, entretanto, os agentes locais, designadamente os municípios, já iam levando a cabo.

Em 1984 foi aprovada na Assembleia da República a legislação que concedeu aos municípios novas competências, no que se refere aos transportes escolares, consignado no decreto-lei nº 77/84 de 8 de março e no decreto-lei nº 299/84 de 5 de setembro, e à ação social escolar através do decreto-lei nº 339-A/84 de 28 de dezembro, atribuindo às autarquias competências para a “autorização de ajuda económica aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico da rede pública, que se inseriam em famílias cuja situação socioeconómica fosse desfavorecida”.

Efetivamente, o poder local passou a ter uma intervenção mais direta na ação educativa e tentaram melhorar alguns aspetos negativos que o sistema educativo apresentava, com o intuito de diminuir o abandono escolar.

O sistema educativo português foi marcado por uma necessidade de transformação e mudança, na qual a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 (LBSE) assumiu importância primordial neste processo de renovação. Nela se propunha uma união entre a escola e a comunidade educativa, um novo exemplo de administração e gestão de escolas e a reforma curricular (Formosinho, et al, 2000), concretizando-se, tal como refere Canário (1998), medidas para descentralizar poderes centrais e favorecendo a nível local.

Mas, Fernandes (1996, p. 115) ressalva que

embora a Lei de Bases ao definir o sistema educativo como um sistema descentralizado e desconcentrado dotado entre outras de estruturas administrativas de âmbito local (art.º 43) pareça situar o nível municipal no sistema de administração pública com competências próprias e um estatuto idêntico ao de outros níveis administrativo, acaba por integrar os municípios no conjunto de instituições privadas que colaboram, participam ou prestam serviços educativos.

Com o passar dos anos, entre 1986 e 1996, a posição dos municípios foi-se modificando gradualmente, contribuindo para redefinir o seu papel na área da educação, passando a ter uma função ativa e em assuntos educacionais. Os municípios, assim, tentaram melhorar as condições físicas, logísticas e humanas, no que concerne ao progresso de uma política educativa local. Todavia, Matos (1996) citado em Almeida (2004, p.63) declara “ que as autarquias, todas as autarquias fazem hoje bastante mais do que a lei claramente determina (...)”.

Para Fernandes (2000, p.37) “ao município são reconhecidas competências educativas de natureza privada em igualdade de circunstâncias com as restantes instituições privadas e cooperativas e, como estas, é-lhe também atribuído o estatuto de parceiro social”. Com a definição e publicação da Lei nº 46/86, de 14 de outubro, a descentralização das organizações e ações educativa estão adequadas à realidade, incentivando-se “ um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes” (art.º3º, alínea g), bem como a “ adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema educativo e na experiência pedagógica quotidiana” (art.º3º, alínea l).

Criou-se, assim, um organismo responsável pela ação social escolar, o Conselho Consultivo de Ação Social Escolar, acarretando alterações em alguns domínios, nomeadamente na gestão dos transportes escolares, na gestão da ação social escolar e na gestão das atividades de melhoria da gestão curricular. Mais tarde, a autarquia passou a ter uma função representativa no órgão de direção escolar, no conselho da escola, segundo o Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio, que estabeleceu um novo sistema de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário.

Em 1996 “ (...) inicia-se uma fase de reconhecimento de natureza pública de intervenção municipal na educação” (Fernandes, 2000, p.37). Neste ano, o Estado e o Município passaram a fazer mútuos acordos e, assim, o município passou a ser designado como um agente participativo na gestão dos assuntos públicos nos domínios educativos ao lado do Estado.

Fernandes (2000, p.36) defende que “o município conquistou competências que lhe permitiram deixar de ser apenas um contribuinte do sistema educativo ou um gestor dos interesses privados no domínio da educação para ser entendido como uma instituição que participa na gestão dos interesses públicos educativos ao lado do Estado.”

Com a lei n.º 159/99 de 14 de setembro, as autarquias consolidaram as suas atribuições e competências de cariz educativo, tentando concretizar “os princípios de descentralização administrativa e da autonomia do poder local” (art.º1.º). Desta forma, passaram a ser da responsabilidade dos municípios os seguintes domínios educativos: construção e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; elaboração da carta escolar e planos diretores municipais; criação de conselhos locais da educação; existência de transportes públicos e refeitórios escolares em estabelecimentos de ensino na educação pré-escolar e ensino básico; assegurar alojamento a alunos que frequentem o ensino básico (alternativa ao transporte escolar); apoio social escolar às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico; apoio nas atividades socioeducativas tanto na educação pré-escolar como no ensino básico; participação no apoio à educação extraescolar e, também, gestão do pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico (art.º19.º).

Em 2003, foi promulgado um novo quadro normativo, através do decreto-lei n.º7/2003 de 15 de janeiro, que decretou o Conselho Municipal da Educação (CME) e a Carta Educativa, documento de “planeamento prospetivo do desenvolvimento educativo concelhio” atribuindo aos municípios um importante papel na organização do sistema educativo local” (Pinhal, 2004,p.54), de

acordo com o Plano Diretor Municipal. O mesmo decreto-lei esclarece que o Conselho Municipal da Educação (artigo 3º)

é uma instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficácia do mesmo.

Assim, o poder local assume um desenvolvimento educativo no seu território, promovendo o desenvolvimento da população a nível educacional e cultural.

Já em 2007 o despacho nº12037/2007 de 18 de junho estatuiu o fornecimento das refeições escolares a alunos que frequentavam o 1º ciclo do Ensino Básico.

E, nos últimos tempos, tem-se verificado uma maior responsabilização dos municípios na área da educação, na transferência de competências, requerendo das autarquias uma agilização de meios humanos, materiais e financeiros. As autarquias alargaram o seu poder na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho que estabelece que

(...) importa dar início a uma efetiva descentralização de competências que tenha como horizonte a transformação estrutural das políticas autárquicas, designadamente em matéria de educação, e no quadro do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário.

Fernandes (2000, p.38) defende a este propósito que:

(...) o município deixa de ser considerado apenas um contribuinte líquido do sistema educativo ou um gestor de interesses privado no domínio da educação para ser entendido como uma instituição que participa na gestão dos interesses públicos educativos ao lado do Estado e com o mesmo estatuto de instituição pública.

Há alguns autores que têm vindo a defender que os municípios tem, a este nível, assegurado um papel que vai para além das suas atribuições. De acordo com Matos (1996, p.63):

(...) é evidente que as autarquias, todas as autarquias, fazem hoje bastante mais do que a lei claramente determina. (...) Tenho dito, a título de brincadeira, que parece quase que as autarquias portuguesas são, no sistema educativo, um misto de empreiteiro, de operador de transportes coletivos, de centro de apoio social, uma espécie de tesouraria.

Também Pinhal afirma que (2004, p.57)

a atividade educacional dos municípios não se limita, contudo, às ações relativas ao exercício das suas competências legais. Correspondendo a uma visão mais larga das suas obrigações para com as populações que representam ou simplesmente acudindo ao que precisa de solução, muitos municípios acabam por intervir em áreas a que não estão legalmente obrigados, ou seja, através do exercício de não-competências.

Parece poder afirmar-se que os municípios assumem hoje um papel fundamental na forma como o direito à educação é assegurado. A este propósito, Araujo et al (2012) referem, que perante as desigualdades sociais, a promoção da igualdade, bem-estar e qualidade de vida da comunidade escolar, cada município tem a sua forma de trabalhar e gerir as suas próprias ações. Enquanto alguns têm a preocupação em procurar dar respostas às necessidades básicas, conforme as características físicas e demográficas de um território, outros municípios responsabilizam-se pelo desenvolvimento cultural.

O Direito à Educação e a Ação Social Escolar

Ao longo dos tempos a implementação de medidas relativas à ação social escolar foi sofrendo algumas transformações. É a partir dos anos 70 com Veiga Simão, ministro da educação, que se “reconheceu pela primeira vez, a importância dos apoios sociais na efetivação da escolaridade básica universal e gratuita, nomeadamente através da criação do IASE através do decreto-lei nº 178/71, de 30 de junho” (Mendonça, s.d., p.19). Este instituto teve como objetivos a criação de cantinas em todas as escolas e a troca da sopa pelo leite, a doação de bolsas de estudo aos alunos com mais dificuldades económicas.

Segundo Mendonça (2005, p.19) a “partir de 1974, com a intensificação do apoio ao ensino primário, assistiu-se, dum modo geral, ao alargamento das áreas abrangidas pelos subsídios, passando estes a contemplar, além dos já referidos, próteses, óculos e ainda suplementos alimentares.”

Mais tarde, em 1979, a portaria nº 703/79, de 26 de dezembro definiu o estatuto da ASE nas instituições do 2º, 3º ciclo e secundário. Todos estes serviços foram estruturados em concordância com as instruções providas do Instituto da Ação Social Escolar.

Em cada um dos serviços agregados à ASE estavam definidos os objetivos com a finalidade de ajudar os mais carenciados a terem acesso à escola, como podemos verificar no anexo do decreto-lei nº 703/79 de dezembro, no capítulo II nº4: “São objetivos dos auxílios económicos diretos: facilitar o cumprimento da escolaridade obrigatória; permitir o acesso de maior número de alunos ao ensino pós-obrigatório; proporcionar aos alunos melhores condições de estudo e aproveitamento.”

Em 1982, o IASE é substituído pelo SASE (Serviço de Ação Social Escolar) através do decreto-lei nº 450/82, de 30 de abril, por causa da crescente necessidade de acomodar algumas atitudes às realidades presentes no domínio da ASE nas escolas.

Em meados em 1983, houve uma remodelação dos objetivos do IASE, passando a ser definido através do “Despacho nº 36/83 garantia aos alunos a gratuidade dos transportes para cumprimento da escolaridade obrigatória, sempre que as distâncias e as condições das escolas o justificassem e assegurava ainda alojamento nas situações em que não fosse passível a utilização do transporte escolar.” (Mendonça, 2005, p.25)

Com esta medida houve uma tentativa de democratizar o ensino com o objetivo de assegurar uma igualdade de oportunidades a todas as crianças.

A partir de 1984 evidenciaram-se algumas mudanças nas políticas educativas, essencialmente nas “medidas que visaram o aumento dos níveis da promoção da gratuidade escolar mediante o incremento dos apoios escolares, não só nos anos abrangidos pela escolaridade obrigatória, mas também ao nível da educação pré-escolar, cujas competências, titularidade e administração de equipamentos foram, em parte, transferidas para os municípios.” (Mendonça, s.d., p. 27)

Em 1986 a Lei de Bases do Sistema Educativo vem reforçar a importância dos apoios educativos, relativamente à ação social escolar, defendendo Pires (1987,p.79) que

a nova Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86) que veio a ser publicada em 14 de Outubro [...] estabelece um conjunto de atividades e medidas de apoio e complemento educativo, a assegurar por estruturas adequadas, com vista a contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar e a aplicar prioritariamente na escolaridade obrigatória.

Mais tarde, com a promulgação do Decreto-Lei nº261/2007, de 17 de julho, assegurou-se, a todas as famílias com dificuldades económicas, a gratuidade dos livros e materiais escolares para o ensino básico.

Com a publicação do Decreto-Lei nº55/2009 de 2 de março foi estabelecido um regime de funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar “que passa a estar integrada no conjunto das demais políticas sociais, articulando-se em particular com as políticas de apoio à família”.

Neste sentido, no decorrer dos anos, passou a ser da competência dos municípios apoiar e compartilhar a ação social escolar disponibilizada aos seus munícipes. Estes apoios podem ser diretos ou indiretos. Os apoios sociais escolares diretos dizem respeito às bolsas de estudo e às colaborações económicas e os apoios sociais escolares indiretos consistem no acesso à alimentação, nas atividades culturais e desportivas, entre outros apoios socioeducativos.

A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação (2003, p.76) indica que os “apoios e complementos educativos previstos no domínio da ação social escolar traduzem-se nos seguintes programas: alimentação e nutrição, transportes escolares, residências para estudantes, ação social e seguro escolar. Relativamente à alimentação a OEI (2003, p.76) garante que os alunos têm direito à “distribuição diária e gratuita de leite”, à “atribuição de refeições subsidiadas ou gratuitas” e à “promoção de ações no âmbito da educação e da higiene alimentar”. O acesso aos transportes escolares é destinado a todos os alunos “que residam em localidades que não disponham de estabelecimentos escolares acessíveis a pé, em termos de distância ou de tempo, nem de transportes públicos coletivos utilizáveis, será facultado um esquema adequado de transportes escolares” (OEI, 2003, p.77). As verbas destinadas a este tipo de apoio é da competência exclusiva da Câmara Municipal para todos os alunos que estão a cumprir a escolaridade obrigatória e em que a distância da casa à escola seja superior a três quilómetros. ‘Relativamente às residências estudantis só os alunos que estão a cumprir a escolaridade obrigatória e estão separados da família durante o período escolar tem “apoio ao alojamento em residências, a preço moderado (...) quando a localização do agregado familiar não possibilitar as melhores condições para a frequência da escola” (OEI, 2003, p. 77). Também os alunos com carências económicas terão apoios económicos, visando a criação de “condições de igualdade na frequência e sucesso escolares, traduzindo-se numa participação total ou parcial em alimentação, livros e outro material escolar, atividades de complemento curricular, alojamento em colocação familiar e isenção de propinas” (OEI, 2003, p. 78). O seguro escolar também faz parte dos apoios sociais escolares, sendo “considerada uma prioridade no planeamento da ação educativa” (OEI,2003, p.78).

A Ação Social Escolar (ASE) aplica-se a crianças e jovens pertencentes a famílias que vivem em condições socioeconómicas desfavorecidas, que frequentam o ensino pré-escolar, o ensino básico e o secundário. Os apoios da ação social escolar é da responsabilidade do Ministério da

Educação e Cultura, todavia os apoios destinados ao 1º ciclo são da responsabilidade dos municípios desde 1991.

O valor estipulado para este tipo de apoio é divulgado pelo Ministério da Educação e Cultura e o valor do subsídio é dado a cada família segundo o rendimento ou a composição do agregado familiar. Segundo Rodrigues (2010, p.68) o Ministério da Educação e Cultura tem uma responsabilidade acrescida “no apoio às famílias, tendo em vista reduzir o mais possível os impactos negativos das desigualdades sociais no percurso escolar das crianças e jovens.”

Segundo Arroteia (2008, p.68) estas iniciativas são “postas à disposição da população escolar e das famílias, que permitam superar as condições individuais e relacionadas com a herança material e cultural dos alunos e promover a integração social, o desenvolvimento pessoal e o aproveitamento escolar”.

As crianças como sujeitos ativos de direitos

Ao longo dos séculos a definição de infância sofreu grandes transformações. A infância é um conceito particularmente importante, na medida em que permite situar o grupo geracional das crianças na sociedade por comparação com outros grupos, nomeadamente os adultos ou os idosos.

Para Sarmiento (2001, p.1)

conhecer as crianças é decisivo para a revelação da sociedade, como um todo, nas suas contradições e complexidade. Mas é também a condição necessária para a construção de políticas integradas para a infância, capazes de reforçar e garantir os direitos das crianças e a sua inserção plena na cidadania ativa.

O mesmo autor afirma ainda

a necessidade de considerarmos a infância como um grupo social geracional e a “criança, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença a um grupo etário próprio, é sempre um ator social que pertence a uma classe social, a um género etc.” (Sarmiento, 2005, p.371).

No entanto, a criança nem sempre foi considerada como um sujeito de direitos com especificidades próprias e distintas das dos adultos, tendo sido necessário percorrer um longo percurso para a considerar como

um ser com capacidades, necessidades e talentos em interação dinâmica e específica, que fala e age à sua maneira, com um ritmo próprio, a seu gosto afrontando os desafios

à sua medida, vive o momento presente do aqui e agora da situação de acordo com o que lhe é característico ou único” (Mendonça, 1994, p. 68).

As investigações desenvolvidas a partir da área da Sociologia da Infância questionam a criança do presente e a sua educação, sugerindo a desconstrução do cânone tradicional da infância como uma reprodução unicamente dos adultos. Atualmente as crianças são vistas como protagonistas na tomada de decisão nos seus contextos de vida.

Para Steinberg e Kincheole (2001) a criança não é só um simples sujeito biológico, mas também social e histórico, profundamente influenciado pelas condições sociais. Na mesma linha de raciocínio, Machado (2002, p.27) salienta que “ (...) a criança é um ser social, o que significa dizer que seu desenvolvimento se dá entre outros seres humanos, em um espaço e tempo determinados”.

Ariès (1973, citado por Almeida, 2009) defende que a infância não é um facto natural, mas a consequência de uma construção social, resultado de um espaço e tempo, o que lhe foi atribuindo ao longo dos séculos estatutos bem diferenciados.

Neste sentido, as crianças foram conquistando um estatuto diferenciado sendo, na atualidade, consideradas seres ativos, mas profundamente afetadas pelas modificações sociais.

Existe uma grande diferenciação entre as crianças do presente e do passado, na medida em que as culturas e as sociedades, ao longo dos tempos, foram-se alterando, bem como o conceito de família. As crianças são consideradas indivíduos ativos, com voz ativa através das suas manifestações sociais sobre tudo aquilo que as rodeia, essencialmente sobre a família. Assim, as experiências sociais reconfiguram os locais institucionais em que vivem as crianças, a forma como agem e modificam permanentemente as vidas familiares, escolares e institucionais. Muitas das vezes não se leva isso em conta, mas as crianças interferem, modificam os locais em que interagem com os adultos e desenvolvem estratégias de luta para participar no mundo social. Na opinião de Sarmiento (2004, p.10) “a criança (...) é um ator social portador da novidade que é inerente à sua pertença à geração que dá continuidade e faz renascer o mundo”. Para Marchi (2007) essa participação pode estar intimamente ligada ao poder das diferentes classes e grupos sociais e, assim, a ideia do que é “ser criança” é produzida através das práticas sociais de adultos e crianças dos grupos sociais atuais.

Nos dias de hoje, a criança é encarada como uma pessoa que tem a sua própria identidade, os seus direitos e deve crescer em contextos que salvaguardem o seu melhor interesse., sendo que “ a infância já é cidadã, é ser vivo, é ser cultural já, é ser social já” (Arroyo, 1994, p.89).

Posto isto, a criança é considerada uma cidadã, tendo a possibilidade de poder participar em assuntos que lhe digam respeito e podendo colaborar na tomada de decisões e objetivos comuns.

Ela progressivamente vai ganhando mais autonomia, sendo um ponto fundamental para a construção social do seu próprio mundo. Esta autonomia estimula a criança “ a tornar-se o seu próprio criador, a sair de si mesmo para poder ser sujeito que escolhe o seu percurso e não o objeto que assiste submisso à sua própria produção” (Jacquard,1988, citado por Barbosa,1999, p.99).

Esta valorização da cidadania infantil intensificou-se com o movimento internacional pelos direitos da criança.

A Convenção dos Direitos da Criança é o documento responsável por esta forma renovada de encarar a criança ao contemplar direitos de participação e, sendo que, “os teóricos dos direitos da criança tendem a considerar (...) que a Convenção é um documento indispensável para a construção e consolidação do paradigma da infância com direitos ou da infância cidadã, e para a afirmação do protagonismo infantil” (Sarmiento & Cerisara, 2004, p. 150). A criança como agente participativo está consignado no artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança, quando é anunciado que “Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade”. Houve a consciencialização “das crianças enquanto sujeitos de direitos ativos e participativos; e dos adultos, enquanto promotores da necessidade de incentivar e construir espaços onde as crianças se desenvolvam nessa perspetiva” (Renault, 2002, p.132).

A Convenção propõe que se encare com seriedade o desafio de lutar contra a “discriminação da criança, por ser criança, e significa o princípio de uma verdadeira revolução cultural: o princípio do fim do círculo vicioso da clonagem das gerações mais novas pelas gerações mais velhas” (Monteiro, 2010, p.1).

A CDC consagra a criança como um sujeito ativo com direitos humanos que garantem a sua participação social, nomeadamente em questões que lhe dizem respeito. É um documento que segundo Hammarberg (1990) reconhece uma série de direitos que se encontram agrupados em três categorias: os direitos de provisão, de proteção e de participação. Dos direitos de provisão fazem parte os direitos à saúde, à educação, à segurança social, aos cuidados básicos de sobrevivência, ao recreio e à cultura. Relativamente aos direitos de proteção são incluídos os direitos relacionados com a discriminação, abuso sexual e físico, exploração, injustiça e conflito. Já os direitos de participação abrangem o direito da criança ao nome e identidade, o direito a ser escutada e consultada, o acesso a informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito de opinar em relação às questões que lhe dizem respeito.

De todos os direitos anteriormente mencionados, sendo todos de supra importância, o direito à educação e à segurança social merece uma especial atenção para o desenvolvimento desta investigação.

O direito à educação é um dos requisitos básicos no crescimento de qualquer criança e a participação cívica de qualquer indivíduo, como também ao desenvolvimento socioeconómico de um país.

Assim, a Convenção sobre os Direitos da Criança, segundo o artigo 28, afirma que o ensino primário é gratuito e obrigatório para todas as crianças e o artigo 29 declara que entre vários objetivos a educação deve “promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos na medida das suas potencialidades”. Na realidade, o direito à educação deve ser assegurado a todas as crianças e jovens, sendo um direito básico que alarga e garante os outros direitos humanos e sociais.

Como foi notado, de acordo com a CDC, em Portugal esta deliberação encontra-se no nº 2 do artigo 74º da Constituição de 1976, “onde se declarava que a realização da política de ensino incumbia ao Estado, devendo este assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito, estabelecendo progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino” (Mendonça, s/d, p.23).

Já em relação à segurança social, o artigo 26 da CDC indica que todas as crianças têm direito a beneficiar deste direito e os Estados Partes “tomam todas as medidas necessárias para assegurar a plena realização deste direito, nos termos da sua legislação nacional”. Também o artigo 27 da CDC menciona que os Estados Partes “tomam as medidas adequadas para ajudar os pais e outras pessoas que tenham a criança a seu cargo a realizar este direito e asseguram, em caso de necessidade, auxílio material e programas de apoio, nomeadamente no que respeita à alimentação, vestuário e alojamento”.

Com efeito, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) determina, no artigo 27, que “ são desenvolvidas no âmbito da educação pré-escolar e da educação escolar, serviços da ação social escolar concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados”.

O desafio que se coloca na contemporaneidade com a crise económica e financeira tem a ver com as graves consequências para as crianças, desde diversos tipos de privação (como a fome), condição básica de sobrevivência, cuidados básicos de higiene e saúde, direito à educação, segurança social, entre outros (Costa, 2012).

CAPITULO II
METODOLOGIA

Metodologia da Investigação

Segundo Coutinho (2015, p.7) “a investigação é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais.”

Desta forma, neste capítulo, será feita uma caracterização e justificação da metodologia utilizada, uma explicitação dos objetivos a atingir e as questões de pesquisa que servem para nos orientarem, bem como os instrumentos e procedimentos utilizados no desenvolvimento da investigação.

Tipo de Estudo

Neste ponto vamos abordar a metodologia usada para o desenvolvimento do tema que nos propomos compreender e caraterizar. Segundo Fortin (1999, p.372) a metodologia é um “conjunto dos métodos e de técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica. É uma das partes constituintes de um estudo de investigação”.

Para Kaplan (1998, p.23) “o objetivo da metodologia é ajudar-nos a compreender, no sentido mais amplo do termo, não os resultados do método científico mas o próprio processo em si.”

Após a definição do objeto a investigar, será necessário elaborar uma estratégia que exigirá o recurso a métodos de recolha e análise da informação.

A investigação a desenvolver alicerça-se no paradigma qualitativo de investigação para tentar perceber todos os pressupostos inerentes ao objeto de estudo, ou seja, de modo a “ estudar a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar, ao mesmo tempo que se parte sobretudo dos próprios dados, e não de teorias prévias” (Almeida & Freire, 2008, p.112). Para Denzin e Lincoln (1994, p.4) “a palavra qualitativa implica uma ênfase em processos e significados que não são examinados nem medidos (se chegarem a ser medidos) rigorosamente, em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência”. Segundo Fernandes (1991) a análise qualitativa caracteriza-se por uma procura apreensiva de significados nas interpretações dos sujeitos entrevistados, interligada ao ambiente em que eles estão inseridos e delimitada pela teoria do investigador, revelando na descrição uma ordenação fundamentada na qualidade, até porque um trabalho desta dimensão não tem a ambição de alcançar o princípio da representatividade.

Método

Toda a investigação de origem qualitativa baseia-se no método indutivo “ (...) porque o investigador pretende desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto” (Pacheco, 1993 cit. por Coutinho, 2015, p. 28).

A análise qualitativa concebe, a maior parte das vezes, uma grande quantidade de informação de cariz descritivo que precisa “ de ser organizada e reduzida (data reduction) por forma a possibilitar a descrição e interpretação do fenómeno em estudo” (Coutinho, 2015, p.216).

Pode-se afirmar que este tipo de investigação qualitativa ajuda a ter um entendimento mais detalhado dos factos, possibilitando uma melhor compreensão da realidade, assinalada pelo rigor e validação dos procedimentos de recolha, análise e interpretação dos dados.

O método escolhido para esta investigação foi o Estudo de Caso na tentativa de responder adequadamente aos objetivos formulados anteriormente. Ponte (1994, p.3) considera que o Estudo de Caso é:

um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês” evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularista, isto é, debruça-se deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Já para Creswell (1998, p. 61) o estudo de caso é “a exploração de um sistema limitado, no tempo e em profundidade, através de uma recolha de dados profunda envolvendo fontes múltiplas de informação ricas no contexto.”

Na verdade, para responder a todos os objetivos formulados neste estudo, o estudo de caso foi a estratégia de pesquisa que permite entender, de forma clara, todos os pressupostos do tema fulcral desta investigação.

É um estudo com um cariz descritivo e interpretativo da realidade estudada, visto que se centra mais na análise dos processos do que nos resultados. São caracterizados os fenómenos da realidade do concelho investigado e esses fenómenos são apresentados, organizados e classificados consoante as características que mostram. Também poder-se-á dizer que este estudo não é utilizado como meio para conhecer os atributos de uma população. Em contrapartida, pretende entender a

pormenor um fenómeno, para analisar os procedimentos e as dinâmicas da prática, e ajudar uma entidade a definir novas políticas, concordando com Yin quando afirma que “é a estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber o “como” e “porquê” de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo” (1994, p.9).

Objetivos de Estudo

Tendo em conta o objeto de estudo e a sua essência, constituem-se como objetivos para esta investigação:

- Caracterizar a população de alunos abrangidos pelo apoio social escolar no 1º ciclo no município em estudo;
- Explicitar que tipo de subsídios escolares tem o município para apoiar os casos com maior carência económica e os critérios para obtê-los;
- Reconhecer se a atual crise alterou a natureza dos subsídios escolares bem como o número de subsidiários no 1º ciclo;
- Compreender o seu impacto no combate ao abandono escolar.

Questões orientadoras da Investigação

Uma reflexão preliminar sobre o objeto de estudo em causa levou-me a colocar as seguintes questões:

- Que tipo de alunos recebe apoio social escolar no 1º ciclo?
- Que tipo de subsídios escolares que o Município tem para apoiar os casos com mais dificuldades económicas?
- Será que com a atual crise económica os subsídios, os tipos de subsídios e o número de subsidiários foram alterados?
- Quais são os parâmetros de seleção para a obtenção do apoio social escolar nas crianças que frequentam o 1º ciclo?
- Será que os subsídios escolares são uma forma de combater eficazmente com o abandono escolar.

Instrumentos

Ao utilizar uma metodologia qualitativa recorri a formas diversificadas de recolha de dados.

Segundo Yin (1994), o emprego de diferentes instrumentos de recolhas de dados na elaboração de um Estudo de Caso, permite considerar um conjunto mais diversificado de questões de análise e compreender com mais detalhe o objeto de estudo.

No caso desta investigação utilizamos a análise documental e a entrevista.

Análise Documental

A técnica de análise documental é uma técnica que permite encontrar documentos de natureza diversificada, revelantes para a compreensão do objeto de estudo.

Tal como refere Coutinho (2015, p. 370) “ Centra-se na perspetiva do investigador e implica uma pesquisa e leitura de documentos escritos que se constituem como uma boa fonte de informação”. Assim, recorreremos à análise de vários documentos municipais, entre eles a Carta Educativa, o Projeto Educativo do Município e Plano de Atividades do Município e legislação sobre os subsídios escolares.

Entrevista

Também a entrevista adquire bastante importância no Estudo de Caso, pois através dela o investigador percebe a forma como os indivíduos interpretam as suas vivências, sendo “ utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994,p.134). Segundo Wragg (1984) existem três tipos de entrevistas: estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas. A entrevista estruturada apresenta-se com o inquérito por questionário e fundamenta-se num guião que estabelece o tipo de perguntas e a ordem por que devem ser realizadas. A entrevista semiestruturada não percorre uma organização pré-estabelecida na enunciação das questões, deixando maior liberdade para colocar essas questões na situação mais adequada, conforme as explicações do entrevistado. Já a entrevista não estruturada concede

uma grande autonomia de resposta ao inquirido e o entrevistador limita-se a acompanhar as ideias do entrevistado.

Na investigação será usada a entrevista semiestruturada, sendo elaborado um guião de entrevista (cf. Anexo V), com o objetivo de dar resposta às questões anteriormente enunciadas. As entrevistas serão dirigidas ao Vereador da Educação do Concelho e ao responsável pela Ação Social Escolar.

A realização das entrevistas considerou o discurso dos entrevistados, de modo a compatibilizar o rigor e autonomia que foi dada ao inquirido para evidenciar as suas opiniões e responder ao investigador.

Procedimentos

Inicialmente foi feita uma análise documental, tanto através de documentos que estão disponibilizados no site da Câmara Municipal e nos sites dos diferentes agrupamentos de escolas do município, bem como através de documentos fornecidos pelas escolas e pelo próprio Município. Esta recolha de material foi realizada através de um pedido de autorização onde foram descritos os pressupostos da investigação (anexo I e II).

Posteriormente foram efetuadas as entrevistas, tanto ao responsável pelo departamento da educação como também ao responsável pela Ação Social Escolar do Concelho, tendo em conta, também, todos os princípios e considerações éticas.

Deste modo, antes da sua realização, foram dados a conhecer aos entrevistados os objetivos e finalidades da investigação. Também, foi garantido o anonimato, o total sigilo das suas respostas e a utilização exclusiva dos registos só para os fins enunciados (anexo III).

Depois da recolha de dados através das entrevistas, os registos gravados foram convertidos em texto, transcritos em suporte informático e, posteriormente, analisados, procurando os aspetos pertinentes sobre os objetivos da investigação.

A análise e tratamento de dados

Análise de Conteúdo

Tanto em relação à entrevista como em relação à pesquisa documental foi feita uma análise de conteúdo, que segundo Bardin (2009,p.44) baseia-se num:

conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou qualitativos) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Segundo Coutinho (2015, p. 217) a análise de conteúdo “ permite analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior”. A análise de conteúdo ocorre sobre várias formas, tanto em textos como documentos audiovisuais.

O tipo de análise de conteúdo utilizada nesta investigação foi de cariz exploratório, que segundo Bardin (2009) percorre três momentos essenciais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A fase da pré- análise baseia-se na organização e escolha do material a ser interpretado. No caso das entrevistas, e tomando as palavras de Coutinho (2015, p.218),“elas deverão ser previamente transcritas e a sua junção constituirá o *corpus* da pesquisa”. Já numa segunda fase, a etapa da exploração do material, esta costuma ser a fase mais trabalhosa e extensa. “ É a realização das decisões tomadas na pré-análise em que o investigador organiza os dados brutos e os transforma de acordo com um quadro teórico que lhe serve de referente” (Coutinho, 2015, p. 219). Estes dados são codificados e transformados, sendo essencial selecionar as unidades de análise como “ secções de texto de natureza e dimensões variáveis, que devem afigurar-se como elementos detentores de um sentido completo e com pertinência para o objeto de estudo” (Coutinho, 2015, p. 219). Também é necessário seguir uma categorização que permita “ reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los” (Coutinho, 2015,p.221).

Depois de encontradas as categorias, passa-se para a fase do tratamento dos resultados (inferência e interpretação) sendo segundo Coutinho (2015,p. 222) que “a relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação”.

Validade e fiabilidade na análise de conteúdo

Tanto nesta como em todas as investigações qualitativas o investigador tem que ter o cuidado na análise de conteúdo, na medida em que a “ análise de palavras pode estar sujeita, entre outros, a problemas de homografia (palavras que se escrevem do mesmo modo mas com significados diferentes) ” (Coutinho,2015,p.222).

No que diz respeito à validade, esta mostra se o instrumento utilizado corresponde, de forma correta, ao que se pretende avaliar. É necessário fazer uma validação de construto, pelo qual o investigador “ confronta se as suas categorias de análise podem representar (ou não) aspetos de uma teoria ou tópico que pretende investigar” (Coutinho, 2015,p.222). Deste modo, a validade de conteúdo é muito importante no desenrolar do procedimento e apropriação dos instrumentos de medida.

Segundo Berk (1990) é necessário efetuar-se uma avaliação da validade do conteúdo, devendo-se, primeiramente, avaliar o instrumento na globalidade, verificando-se se cada dimensão foi corretamente abrangida pelo conjunto de itens. Nesta parte, também, poder-se-á eliminar ou incluir outros itens. Em seguida, é preciso fazer-se uma análise individualizada de cada item, verificando-se se estes foram elaborados e redigidos com clareza.

Caracterização do Concelho

Contexto geográfico

O estudo desenvolveu-se num Concelho da região norte de Portugal e faz parte da NUT III do grande Porto, pertencendo ao distrito do Porto, sendo caracterizado pela sua grande ligação ao mar e pela sua forte componente urbana e persistência da ruralidade.

É composto por 10 freguesias que preenchem uma área de sessenta e dois quilómetros quadrados, integrando três cidades e quatro vilas.

Este concelho é atravessado por várias vias de comunicação, que permitem uma fácil circulação de pessoas e mercadorias

Contexto demográfico

Perante os dados retirados do Projeto Educativo do Concelho (2013), a partir dos censos 2011, neste concelho residiram, até à data mencionada, 175.478 habitantes, verificando-se na última década um aumento de 5,06% da sua população residente, o que regista um decréscimo na tendência crescente nas décadas anteriores.

Quadro 1: Taxa de variação da população residente no Concelho entre 1981 e 2011

Ano	Taxa
1981-1991	11,12
1991-2001	10,12
2001-2011	5,06

Fonte: Projeto Educativo do Concelho (2013)

Contexto socioeconómico

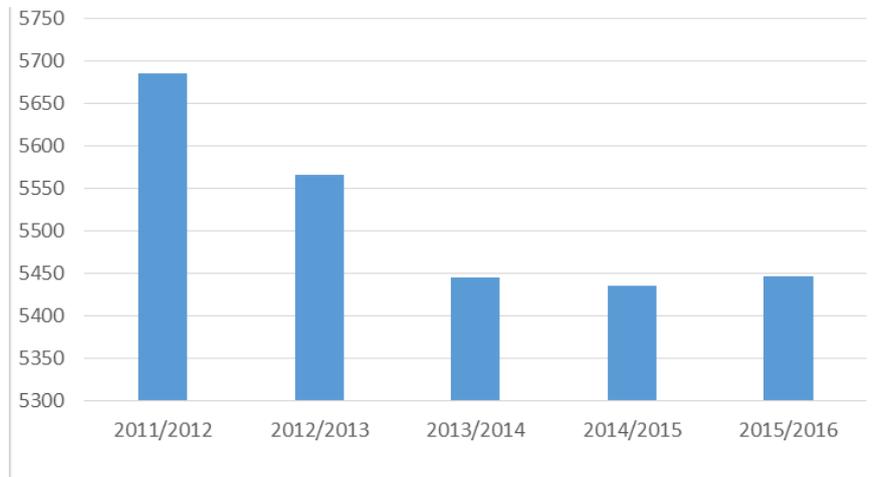
Este Concelho, apesar de ser considerado um Município industrializado, tem mostrado ser também um município dedicado ao setor terciário. A parte industrializada abarca indústrias de petroquímica, de produtos alimentares, de têxteis, de material elétrico e de artigos em conservas. Além disto, a atividade piscatória também tem um papel muito importante no desenvolvimento económico da cidade.

Contexto educativo

Relativamente à rede escolar, este concelho tem vários tipos de estabelecimentos de educação e ensino público, privado e cooperativo. Englobam a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário, o ensino profissional, o ensino superior e as universidades seniores. A rede escolar pública estrutura-se em Agrupamentos de escolas, abrangendo vários níveis de ensino, havendo somente três escolas secundárias não agrupadas e um instituto superior.

Relativamente ao 1º ciclo, a oferta pública é constituída por 36 estabelecimentos de ensino distribuídos pelas freguesias do concelho.

Figura 1: Evolução do Número de Alunos do 1º Ciclo



Fonte: Câmara Municipal

Do ponto de vista evolutivo, o 1º ciclo mostrou no ano letivo 2012/2013 um decréscimo acentuado com a perda de 120 alunos inscritos relativamente ao ano letivo anterior. No ano letivo seguinte (2013/2014) o mesmo cenário verificou-se com a perda do mesmo número de alunos. Já nos anos letivos seguintes o número de alunos não sofreu grandes oscilações.

Contexto socioeducativo

A Autarquia em questão tem vindo a fazer uma grande aposta na área educativa, promovendo projetos direcionados às crianças, alunos, e aos agentes educativos (docentes, não docentes, pais e encarregados de educação).

Sendo assim, a comunidade educativa deste município tem como objetivo garantir as respostas eficazes relativamente à manutenção do parque escolar, na ação social escolar e no Conselho Municipal de Educação com a implementação de projetos educativos que potenciam o papel e a ação das escolas, alargando a sua intervenção através de prudência e promoção (Projeto Educativo do Concelho, 2013).

Quando as crianças apresentam dificuldades de aprendizagem, são integradas num conjunto de respostas estruturadas com os distintos agentes sociais. Estas soluções abrangem alunos desde o Pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, com o projeto “A Ler Vamos” e “Matiga-Matemática Amiga” e são alargadas ao 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário com o projeto “Empresários para a Inclusão social” (EPIS), “ Escola de Segunda Oportunidade” e “ Proj

de Integração Escolar e Social” (PIES). O projeto “ A Ler Vamos” promove a leitura e a escrita para se obter uma aprendizagem com sucesso. Tem a colaboração de educadoras, pais, crianças, psicólogos e professores e é direcionada a crianças com 4 anos de idade e “ mantém o acompanhamento aos alunos considerados de risco, durante os dois primeiros anos de escolaridade, bem como a monitorização do desempenho dos alunos ao longo do 1.º e do 2.ºCEB”(Projeto Educativo do Concelho, 2011,p.78). O projeto “ Matiga- Matemática Amiga” também é destinado a crianças do Pré-escolar, entre os 4 e 5 anos de idade, e tem como objetivo promover as capacidades da criança na área da matemática e habilitar os educadores para disporem estratégias para lidarem com crianças com dificuldades de aprendizagem neste domínio.

O programa “Empresários para a Inclusão Social” e o “Projeto de Integração Escolar e Social” pretende diminuir o insucesso e o abandono escolar no 3º ciclo do Ensino Básico, incentivando os alunos a adquirirem mais conhecimentos, a valorizarem mais a escola e a terem mais capacidade para se integrarem na vida ativa, bem como criar estratégias que visam o sucesso escolar.

A “Escola de Segunda Oportunidade” e o “Projeto de Integração Escolar e Social” são orientados a jovens em abandono escolar, com insucesso escolar e com dificuldades de integração social e profissional, tendo a preocupação de os inserir na comunidade e os enquadrar na vida profissional.

CAPITULO III
ANÁLISE DOS DADOS

Análise dos dados

Depois de apresentado o enquadramento metodológico da investigação em questão, descrevem-se e interpretam-se, neste capítulo, os dados recolhidos, quer através da análise dos documentos fornecidos pela Câmara Municipal, quer através de entrevistas realizadas ao vereador da educação e ao responsável pelo departamento da ação social escolar da mesma Autarquia.

Considerando os conceitos que sustentam a investigação, apresentaremos bem como os objetivos e as questões de pesquisa que orientam este estudo, apresentaremos a análise de documentos e a análise interpretativa dos dados das entrevistas.

Desta forma, o confronto da informação recolhida através destas fontes proporcionar-nos-á o entendimento mais detalhado da realidade. Este processo serviu, também para validar e ampliar a fiabilidade dos resultados.

Segundo Fortin (1999, p.36) a triangulação dos dados recolhidos “ implica a reunião de dados provenientes de fontes múltiplas num mesmo estudo, com vista a obter diversas perspetivas de um mesmo fenómeno com um objetivo de validação.”

População abrangida pelo apoio social escolar no 1º ciclo

Segundo o artigo 11 do despacho 8452-A/2015 de 31 de julho o apoio social escolar é determinado a partir “do posicionamento nos escalões de rendimento para a atribuição de abono de família.”

Segundo a informação apresentada no mesmo despacho existem três escalões do abono de família que definem três escalões de Ação Social Escolar. As famílias dos alunos podem receber abono de família, desde que recebam até 1,5 vezes o Indexante dos apoios sociais (419,22 euros), multiplicado por 14 meses.

Em conformidade com a informação do mesmo despacho, para poder determinar o tipo de escalão que o aluno pode beneficiar é fundamental calcular o rendimento de todo o agregado familiar, tendo em conta todos os rendimentos da família. Deste modo, esse valor é dividido pelo número de crianças/jovens com direito ao abono de família, nesse mesmo agregado, acrescido de

um. Ou seja, se forem dois os beneficiários deverá dividir-se os rendimentos totais por três. Os rendimentos anuais do agregado familiar para obter o primeiro escalão é de 2.934,54 euros, o segundo escalão é de 2.934,55 a 5.869,08 euros e o terceiro escalão é de 5.869,09 a 8.803,62 euros.

Assim, de acordo com a informação do mesmo documento legal, só os alunos, cujas famílias estão incluídos nos 1º e 2º escalão de rendimentos, “ para efeitos de atribuição de abono de família”, têm direito a beneficiar destes apoios sociais.

De acordo com o descrito no artigo 12 do mesmo despacho, têm direito ao apoio social escolar os alunos provenientes de agregados familiares que vivem em Portugal em posição de ilegalidade, “matriculados condicionalmente, desde que, através dos recibos de vencimento, comprovem que se encontram nas condições de ser integrados nos escalões 1 e 2 do abono de família.”

Também têm direito os alunos pertencentes a “famílias que comprovem que se encontram há três ou mais meses nas condições socioeconómicas que permitem a atribuição destes escalões de abono de família”, segundo as declarações do responsável pela ação social escolar do concelho (cf. Anexo VII). Excepcionalmente, os alunos pertencentes a famílias que tenham direito ao escalão B passam ao escalão A, quando um dos pais esteja desempregado há 3 ou mais meses. Em caso de desemprego é necessário apresentar no agrupamento de escolas, onde frequenta o aluno, uma declaração emitida pelo Centro de Emprego.

Os alunos com necessidades educativas especiais, descrito no artigo 13 do mesmo despacho, e segundo o decreto-lei nº3/2008 de 7 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela lei nº 21/2008 de 12 de maio, têm direito a “ ajudas técnicas a prestar por outras entidades de que beneficiem”, bem como direito a apoios de comprometimento das autarquias locais ou do Ministério da Educação e Ciência.

Neste concelho em particular, é da competência do município o auxílio económico aos alunos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública que pertençam a famílias cuja situação socioeconómica seja desfavorecida. Assim, todos os alunos pertencentes a famílias carenciadas e sejam abrangidos pelos três escalões do abono de família tem direito aos três escalões da Ação Social Escolar. Embora existam três escalões diferentes (A, B, C), na prática, neste concelho em particular, só os dois primeiros têm acesso a estes apoios.

No ano letivo de 2015/2016 tiveram acesso a estes apoios 2470 crianças que frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico. Destas crianças, 1664 tiveram acesso gratuito aos subsídios escolares,

pertencendo, deste modo ao escalão A e 806 crianças ao escalão B, tendo 50% de comparticipação gratuita nos mesmos subsídios.

Políticas sociais de apoio a casos de carência económica

Os apoios económicos dizem respeito a comparticipações monetárias em livros escolares, material escolar, refeições, transporte escolar e em atividades de complemento curricular (visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares) são dados aos alunos integrados no escalão A e B. Os pertencentes ao escalão B são subsidiados em metade em comparação com os do escalão A. Também pode-se atestar, a partir do mesmo despacho, que a percentagem de comparticipação na alimentação é de 100% para o escalão A, 50% para o escalão B e 25% para o escalão C. Na realidade, só os alunos que estão integrados no escalão A e B é que têm acesso aos apoios económicos escolares.

Ao observar o Quadro 2, pode-se visualizar o valor correspondente a cada tipo de subsídio.

Quadro 2- Valores dos subsídios escolares no ano letivo 2015/2016

Tipo de escalão	Alimentação	Refeições ligeiras	Livros 1º e 2º ano	Livros 3º e 4º ano	Material escolar	Atividades de complemento curricular
Escalão A	1,46€	1,08€	26,60€	32,80€	13€	100% Gratuita
Escalão B	0,73€	0,54€	13,30€	16,40€	6,5 €	50 % Gratuita

Fonte: legislação

Critérios para se obter estes apoios sociais escolares

Para se obter o apoio social escolar é necessário seguir as normas descritas nos agrupamentos de escolas do Concelho. Primeiramente, os encarregados de educação têm de preencher um formulário de candidatura (cf. Anexo V) que se encontra disponível no serviço de ação social escolar do agrupamento de escolas no ato da matrícula. De seguida, os mesmos formulários são analisados pelos serviços da ação social escolar dos agrupamentos de escola e decididos pelo município. A utilização dos benefícios só é definitiva a partir da data de deliberação do município.

Depois do prazo inicial de candidatura e ao longo do ano letivo, se se averiguar alteração dos rendimentos do agregado familiar que se note na mudança do escalão do abono de família, pode ser mostrada uma candidatura para atribuição de subsídio da ação social escolar.

Os períodos para a obtenção dos apoios são estipulados legalmente e estarão afixados nos agrupamentos de escolas ou estarão disponíveis na página da internet do agrupamento, sendo ainda, a informação aos encarregados de educação pelos docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Apoios sociais escolares providos pela Câmara Municipal

Segundo a opinião do Vereador da Educação a “Ação Social Escolar é um pilar fundamental da política educativa do concelho na perspetiva da democratização do acesso à educação” (cf. Anexo VIII), sendo da competência da Câmara Municipal, segundo o mesmo, o fornecimento de “apoios financeiros para os manuais e material escolar que são disponibilizados por transferência de verbas para os agrupamentos” (cf. Anexo VIII), sendo estes os órgãos capazes de atribuir os mesmos apoios aos alunos.

Assim, segundo os dados fornecidos pelo Vereador da Educação “os alunos do escalão A do abono de família recebem anualmente um apoio de 50€ (1.º e 2.º anos) ou 60€ (3.º e 4.º anos) para manuais e material escolar.” (cf. Anexo VIII). Relativamente ao escalão B do abono de família os alunos “recebem anualmente um apoio de 25€ (1.º e 2.º anos) ou 30€ (3.º e 4.º anos) para manuais escolares. A partir das suas declarações também dá para comprovar que os valores dos apoios para os manuais e material escolar são superiores aos regulados por lei (Quadro 3). Referente ao 1º e 2º ano a diferença é de 10.40 euros e 14.20 euros para o 3º e 4º ano.

Quadro 3- Diferença entre o valor concedido pela Câmara e por lei referente ao subsídio do material e manuais escolares.

Anos de escolaridade	Valor do subsídio estipulado por lei		Valor do subsídio estipulado pela Câmara		Diferença entre o valor estipulado por lei e pela Câmara	
	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
1º e 2º ano	39.60€	19.80€	50€	25€	10.40€	5.20€
3º e 4º ano	45.80€	22.90€	60€	30€	14.20€	7.10€

Fonte: legislação e Câmara Municipal

Quanto ao subsídio de alimentação os valores estipulados por lei não foram alterados pela Câmara Municipal.

Também como meio de ajudar os alunos que pertencem a famílias carenciadas economicamente, a responsável pela ASE “acrescenta a abertura dos refeitórios escolares, durante as interrupções letivas (Natal, Páscoa e junho/julho), para que os alunos com escalão A da Ação Social Escolar (ASE) possam almoçar gratuitamente” (cf. Anexo VII). Já o Vereador da Educação acrescenta que “todos os alunos do concelho – carenciados ou não – desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário” (cf. Anexo VIII) tem acesso a este apoio.

Segundo o Plano de Atividades (2015) o município tem a preocupação de assegurar, como foi descrito anteriormente, as refeições gratuitas aos alunos do concelho nas interrupções letivas. As ementas são baseadas em alimentos nutritivos essenciais ao desenvolvimento saudável das crianças do 1º ciclo, com o fim de satisfazer as diversas preferências e práticas culturais.

Impactos da crise económica na população de crianças do 1º ciclo do Ensino Básico

Natureza das políticas sociais de apoio

Nos últimos anos, Portugal tem estado a atravessar uma grave crise económica que afeta, de sobremaneira, a educação e todos os pressupostos que lhe estão inerentes. O apoio social escolar é um bom exemplo disso, onde se notam constantes cortes e, conseqüentemente, estes cortes tiveram um especial impacto negativo na educação.

Perante estes constantes cortes governamentais, “ nos últimos anos têm vindo a surgir um número crescente de situações que dão origem a solicitações, segundo o Vereador da Educação (cf. Anexo VIII), e., assim, perante as informações recolhidas junto da Responsável da Ação Social Escolar, o concelho sentiu a emergência de criar condições que salvaguardassem estes alunos, decidindo a partir do “natal de 2010 assumir a iniciativa de manter os refeitórios escolares abertos para que os alunos carenciados pudessem usufruir de almoços totalmente gratuitos” (cf. Anexo VII).

Na opinião do Vereador da Educação

desde o início da crise que afetou o país que a autarquia tem vindo a gerir as medidas de apoio à comunidade escolar e às famílias com redobrada atenção e proximidade em articulação com os diretores dos agrupamentos de escolas por forma identificar e tratar

todas as situações de fragilidade nas famílias dos alunos que pudessem repercutir-se no acesso à escola e nos resultados escolares (cf. Anexo VIII).

Como se pode ver no quadro abaixo, desde que se iniciou a crise económica em Portugal as verbas destinadas aos subsídios escolares mantiveram-se inalteradas.

Quadro 4- Valor dos subsídios desde 2011/2012 a 2015/2016

Ano letivo	Alimentação	Refeições ligeiras	Material escolar	Manuais escolares 1º e 2º ano	Manuais escolares 3º e 4º ano
2011/2012	1,46€	1,08€	13€	26,60€	32,80€
2012/2013	1,46€	1,08€	13€	26,60€	32,80€
2013/2014	1,46€	1,08€	13€	26,60€	32,80€
2014/2015	1,46€	1,08€	13€	26,60€	32,80€
2015/2016	1,46€	1,08€	13€	26,60€	32,80€

Fonte: legislação

Legalmente, desde o ano letivo de 2011/2012 até ao ano corrente, os valores relativos ao subsídio de alimentação (1,46€), refeições ligeiras em bufetes escolares (1,08€) e material escolar (13€) não sofreram aumentos e o mesmo poder-se-á dizer do valor dos subsídios dos manuais escolares, ou seja, o subsídio dado pela aquisição dos manuais escolares do 1º e 2º ano foi de 26,60€ e 32,80€ para os de 3º e 4º ano durante os anos letivos mencionados anteriormente (Quadro 4).

Dada a grave crise económico-financeira e a deterioração das condições social, a Câmara Municipal teve a preocupação de manter em funcionamento alguns refeitórios escolares, como já foi referenciado anteriormente, durante as pausas letivas, fornecendo almoços gratuitos a alunos que pertencem a famílias economicamente desfavorecidas. O Vereador da Educação assegura que são concebidos “ procedimentos tendo em vista o ajustamento dos escalões de apoio e os apoios propriamente ditos, em regra geral traduzidos nas condições de acesso à refeição escolar” (cf. Anexo VIII).

Quadro 5- Número de alunos com almoço gratuito nas Interrupções letivas

Ano letivo	Nº de alunos com almoço nas interrupções letivas
2011/2012	186
2012/2013	210
2013/2014	262
2014/2015	208
2015/2016	150

Fonte: Câmara Municipal

Têm-se verificado, desta forma, de ano para ano, oscilações no número de alunos a recorrer a este tipo de apoio nas férias. A partir da análise do quadro, conclui-se que o número de alunos carenciados, que procuraram as refeições gratuitas nas interrupções letivas teve um crescimento contínuo entre 2011 e 2014, registando-se um decréscimo no número de refeições oferecidas nos anos seguintes. De referir que no ano letivo 2015/2016, os dados apresentados são referentes aos almoços da interrupção letiva do Natal, não sendo possível contabilizar os dados referentes às férias da Páscoa e mês de julho.

Apesar da atual crise económica, pode-se constatar a partir do quadro 6, que o número de alunos detentores destes apoios escolares não sofreu grandes aumentos durante os últimos cinco anos escolares.

Quadro 6- Total de Alunos do 1º Ciclo com Escalão A e B

Ano letivo	Número de alunos com o escalão A	Número de alunos com o escalão B	Total de alunos com escalão (A e B)	Total de alunos
2011/2012	1408	1013	2421	5686
2012/2013	1443	759	2202	5566
2013/2014	1613	805	2418	5446
2014/2015	1674	730	2404	5436
2015/2016	1664	806	2470	5447

Fonte: Câmara Municipal

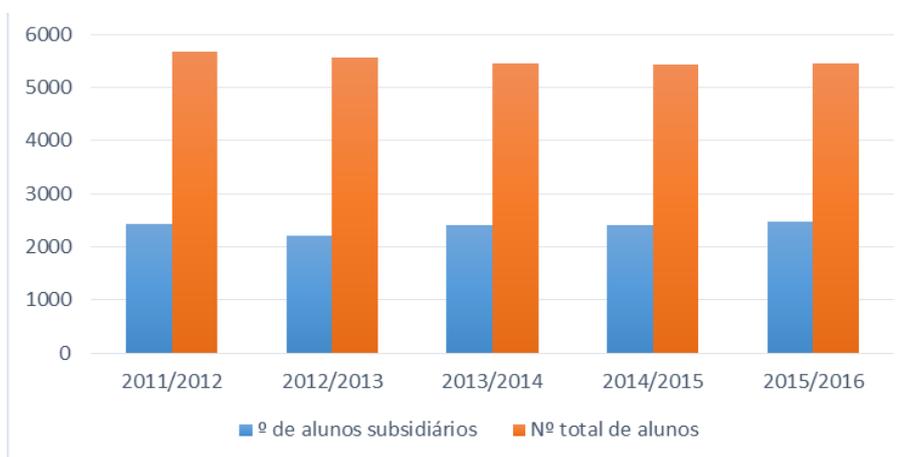
Através da leitura do quadro 6 poder-se-á dizer que o número de alunos com acesso ao escalão A aumentou entre o ano letivo de 2011/2012 até 2014/2015, verificando-se um pequeno decréscimo no ano de 2015/2016. Em contrapartida, no escalão B o cenário foi bem diferente, notando-se oscilações de ano para ano. Nestes cinco anos, o maior número de alunos com o escalão

B foi no ano letivo de 2011/2012, confirmando-se em 2014/2015 o menor número de crianças com acesso a este escalão.

Um aspeto a salientar é que quando o número de alunos com o escalão A aumentava o número de registos do escalão B diminuía, como o caso do ano letivo de 2012/2013 e 2014/2015. O mesmo acontecia com o escalão B no ano letivo de 2015/2016, ou seja, o número de crianças com o escalão A diminuiu e, conquentemente, os registos do escalão B aumentaram.

Na globalidade, o número de alunos com o apoio social escolar foi aumentando gradualmente. Só, excecionalmente, em 2012/2013 houve uma pequena quebra no número de alunos apoiados, sendo que nos anos seguintes a tendência foi sempre crescente(figura 2).

Figura 2- Evolução do número de alunos com direito a apoios escolares



Fonte: Câmara Municipal

Podemos perceber, a partir da Figura 2 que ao longo destes cinco anos, o número de alunos com apoio social escolar não sofreu grandes oscilações, apesar da grave crise socioeconómica que se instalou no nosso país.

O seu impacto no combate ao abandono escolar

Uma das grandes preocupações do município na área da educação é dar continuidade a uma política educativa que se fundamenta, segundo o Plano de Atividades e Orçamento do Concelho (2015), na promoção do sucesso escolar de forma inclusiva. Pretende avaliar à comunidade educativa soluções eficientes, num trabalho de avaliação e apropriação aos desafios que se aplicam nos territórios educativos. Deste modo, a autarquia investe na ação social escolar com a aquisição

de livros e material escolar, transportes e alimentação, bem como em outros aspetos importantes para a comunidade escolar. Um bom exemplo disso são os projetos pedagógicos que são uma forma de combater o abandono escolar.

O Plano de atividades e Orçamento do Município (2015) menciona que a política educativa abrange um conjunto de medidas, que juntamente com os agentes sociais ajudam a promover o sucesso escolar de todos os alunos. Esta promoção do sucesso educativo só se obtém quando se aposta no melhoramento dos espaços escolares, no investimento, na variedade, na igualdade, na justiça social e na criação de apoios pedagógicos inovadores, distintos e eficientes.

O Vereador da Educação afirma que a autarquia tem a obrigatoriedade de “identificar e tratar todas as situações de fragilidade nas famílias dos alunos que pudessem repercutir-se no acesso à escola e nos resultados escolares” e menciona que o “abandono escolar ao nível do 1.º ciclo não existe nem existia pelo que estas medidas apenas contribuíram para as ajustar às necessidades das famílias com uma maior agilidade e eficácia” (cf. Anexo VIII).

Uma forma do município fazer um acompanhamento positivo relativamente aos apoios sociais escolares declarado pelo Vereador “assenta na boa articulação entre os professores titulares de turma e os coordenadores de escola, entre estes e os diretores dos agrupamentos e destes com os serviços municipais de educação” (cf. Anexo VIII).

Apesar de todos os problemas que angustiam o nosso país, a educação deve ser entendida como um bem essencial da nossa sociedade, o que significa que o maior desafio deste concelho centra-se no sucesso efetivo de todos à escola. Este sucesso só se efetua quando todos os agentes educativos trabalham em harmonia, tendo como objetivo o mesmo bem comum, o sucesso escolar dos alunos.

CONCLUSÃO

A partir do que foi enunciado anteriormente, este estudo teve como finalidade compreender o funcionamento da ação social escolar para os alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, fundamentando-se na análise de dados a partir de um concelho da zona norte do país.

Como opção metodológica foi utilizado o estudo de caso e como instrumentos de pesquisa utilizaram-se a análise documental e a entrevista.

Pretendeu-se com a análise dos dados recolhidos responder aos objetivos definidos que serviram de base a esta investigação.

Assim, podemos afirmar que em relação à caracterização da população de alunos abrangidos pelo apoio social escolar no 1º ciclo, conclui-se que o apoio social escolar é determinado às famílias dos alunos a partir “do posicionamento nos escalões de rendimento para a atribuição de abono de família” (artigo 11 do despacho 8452-A/2015 de 31 de julho) e somente os alunos, cujas famílias estão incluídas nos 1º e 2º escalão de rendimentos é que são detentores destes apoios.

Apresentamos, depois, os tipos de subsídios escolares, bem como caracterizamos aqueles que são da competência da Câmara Municipal e quais os critérios para conseguir obtê-los. Percebeu-se que estes apoios abrangem as contribuições monetárias em manuais escolares, material escolar, refeições, transporte escolar e em atividades de complemento curricular (visitas de estudo calendarizadas no âmbito das atividades curriculares) e são dados aos alunos integrados no escalão A e B. Os alunos pertencentes ao escalão B são auxiliados em metade em comparação com os alunos do escalão A que têm acesso gratuito a todos os subsídios. Por conseguinte, a Câmara Municipal é que tem a competência de fornecer os apoios, anteriormente mencionados, através da transferência de verbas que são distribuídas, de forma igualitária, por todos os agrupamentos de escola.

No que diz respeito ao posicionamento desta autarquia relativamente ao enfrentamento da crise económica que assolou o país nos últimos anos podemos afirmar que foram desencadeadas algumas medidas importantes. Uma dessas medidas foi o aumento do valor estipulado pela Câmara Municipal para cada tipo de subsídio, sendo este superior ao determinado legalmente. Para além destes apoios, o Município em análise assumiu uma outra resposta acrescida- o almoço dos alunos durante as interrupções letivas, medida que registou uma forte adesão, com algumas oscilações ao longo dos anos, sendo possível verificar que durante os anos mais afetados pela crise económica esta resposta teve uma maior procura.

Em relação à variação dos subsídios escolares durante a atual crise económica verificamos que não houve modificações dos mesmos, tendo-se mantido entre os anos de 2011 e 2016.

A alteração que se verificou ao longo deste período foi o aumento do número de alunos no escalão A, comparativamente com o escalão B.

Na realização deste trabalho deparamo-nos com algumas dificuldades que de alguma forma condicionaram o desenvolvimento do mesmo. Um dos aspetos iniciais tem a ver com facto da literatura sobre esta temática não ser muito extensa, não sendo fácil aprofundar os conhecimentos sobre a intervenção das autarquias na educação, principalmente nas questões relacionadas com a ação social escolar.

No que diz respeito à análise da legislação sobre o tema, havendo frequentes alterações dos textos legais, por vezes sem articulação com os princípios e os diplomas anteriores, dificulta a sua interpretação.

Na tentativa de compreensão do modo como o município em questão caracteriza a sua intervenção a este nível durante o contexto de crise económica, foi difícil aprofundar a recolha da informação, por motivos externos à investigadora, de modo que os dados apresentados poderão não retratar de modo muito aprofundado esta dimensão.

Somos conhecedores que este estudo não exaure o assunto, todavia pretende dar um apoio para conhecer o papel que os municípios assumem nas questões relacionadas com a ação social escolar, bem como perceber as nuances que os mesmos assumem e o modo como chegam às crianças e suas famílias.

Para finalizar, este trabalho permitiu conhecer todos os pressupostos referentes à ação social escolar, bem como perceber que os alunos pertencentes a famílias com mais dificuldades económicas têm previsto legalmente um conjunto de direitos sociais associados ao exercício do seu direito à educação, que poderão contribuir para que o seu ofício de aluno seja desenvolvido de uma

forma mais consistente. As autarquias assumem aqui um papel fundamental, dada a sua proximidade com os cidadãos, no sentido de prover com respostas atempadas um conjunto de respostas essenciais para respeitar o direito da criança à educação.

Bibliografia

- Araújo, H. C. et al (2012). Construcción de la red local en la Educación? Los tomadores de decisiones discursos sobre su desempeño escolar y la deserción en Portugal. En B. Boufoy-Bastick, *culturas de la política educativa: cuestiones internacionales en las relaciones en los resultados de políticas*. Francia: Analytrics. ISBN: 979-10-90365-03-2 (de próxima publicación)
- Associação Nacional Municípios Portugueses, (2008). *ANMP Notícias*, Boletim mensal, nº 170. Acedido em Fevereiro 8, 2016 em http://www.anmp.pt/files/dimp/bolarq01/2008/170/bol_170_2008.html
- Arroyo, M. G. (1994). O significado da infância. *Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil*, Brasília, 8- 12 de agosto. 1994.
- Almeida, L.S. & Freire T. (2008). *Metodologia de Investigação em Psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Almeida, A. (2009). *Para uma Sociologia da Infância*. Lisboa: ICS.
- Almeida, A. de J. (2004). O papel dos municípios na educação em Portuga. *Revista Iberoamericana de Educación* (ISSN: 1681-5653)
- Amaral, D. F. (1994). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I. Coimbra: Livraria Almedina.
- Arroteia, J. C. (2008). *Educação e Desenvolvimento- Fundamentos e conceitos*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Barbosa, M. (Coord.). (1999). *Olhares sobre Educação, Autonomia e Cidadania*. Braga: Universidade do Minho.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Barroso, J. (1998). Descentralização e Autonomia: devolver o sentido cívico e comunitário à escola pública. In *Colóquio Educação e Sociedade: Fundação Calouste Gulbenkian n.º 4*, Lisboa, Outubro de 1998 (32-58).
- Berk, R.A. (1990). *Importance of expert judgment in content-related validity evidence*. West j. Nurs Res, 12(5):659-671.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Câmara Municipal de Matosinhos (2015). Plano de Atividades e Orçamento de Matosinhos. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos
- Canário, M. B. (1998). *Cadernos de Organização e Gestão Escolar, nº 10 - Construir o Projeto Educativo Local: Relato de uma Experiência*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Costa, A. F. (2012). Desigualdades globais. *Sociologia Problemas e Práticas*, 68, pp. 9-32. Doi: 10.7458/SPP201268691.
- Coutinho, C.P. (2015). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2º ed). Coimbra: Edições Almedina.
- Creswell, J. W. (1998). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (1994). *Manual da pesquisa qualitativa*. California (CA): Sage Publications.
- Divisão da Educação e Formação (2013). *Projeto Educativo de Matosinhos: Educação por todos e para todos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.
- Fernandes, D. (1991). Notas sobre os paradigmas de investigação em educação. *Revista Noesis*, nº18.

- Fernandes, A. S. (1996). Os Municípios Portugueses e a Educação: As normas e as práticas. In J. Barroso, & J. Pinhal (Org.), *A Administração da Educação: Os caminhos da descentralização* (113-124). Lisboa. Edições Colibri;
- Fernandes, A. S. (1999). Os municípios portugueses e a educação: entre representações do passado e os desafios do presente. In J. Formosinho et al., *Comunidades educativas. Novos desafios à educação básica* (159-180). Braga: Universidade do Minho.
- Fernandes, A. S., Machado, J., & Formosinho, J. (2000). Autonomia contratualização e município. In *Atas do Seminário Autonomia contratualização e município*, Braga, 24 de maio de 2000 (5-8).
- Fernandes, A. S. (2000). Municípios e Escolas Normatização e Contratualização da Política Educativa Local. In J. Machado, J. Formosinho & A. S. Fernandes (Org.), *Autonomia Contratualização e Município* (33-44). Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.
- Fernandes, A. S. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura (Org.), *Políticas e Gestão Local da Educação* (35-43). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Formosinho, J., Ferreira, F. I. & Machado, J. (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Edições ASA.
- Fortin, M., F. (1999). *Processo de Investigação: Da conceção à realidade*. Loures: Lusociência.
- Hammarberg, T. (1990). The UN Convention on the rights of the child – and how to make it work. *Human Rights Quarterly*, n° 12, 97-105.
- Kaplan, A. (1998). *The conduct of inquiry: Methodology for behavioral science*. London: Transaction Publishers.

Machado, J. B. (1982). *Participação e Descentralização. Democratização e Neutralidade na Constituição de 1976*. Coimbra: Livraria Almedina.

Machado, J.B. (2014). Descentralização e administração Local: os municípios e a educação. In J. Machado. & J. M. Alves, *Município, Território e Educação- A administração local da educação e da formação* (39-56). Porto: Universidade Católica Editores.

Machado, M. L. (Org.). (2002). *Educação Infantil em tempos da LDB*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas (textos FCC).

Marchi, R. C. (2007). *Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo da sociologia da infância crítica sobre a —não criança no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia Jurídica. Universidade Federal de Santa Catarina: Santa Catarina.

Matos. A. (1996). Autarquias e educação, das competências às experiências. In J. Barroso & J. Pinhal, *A administração da educação, os caminhos da descentralização* (59-74). Lisboa: Edições Colibri.

Mendonça, A. (2005). *Sucesso/Insucesso: Percursos da Organização Escolar*. In I Colóquio DCE-UMa, Funchal, 7 de Dezembro de 2005 (18-26).

Mendonça, M. (1994). *A Educadora de Infância, traço de união entre a teoria e a prática*. Lisboa: Edições ASA.

Mendonça, A. (s.d.), *A Evolução da Política Educativa em Portugal*. Acedido em Fevereiro 8, 2016, em <http://www3.uma.pt/alicemendonca/conteudo/investigacao/evolucaodapoliticaeducativaemPortugal.pdf>

Organização de Estados Ibero- americanos (2003). *Organização de Estados ibero- americanos para a Educação, Ciência e a Cultura (OEI)*.Espanha: Organização de Estados Ibero -americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

- Monteiro, A. R. (2010). *Direitos da Criança: Era uma vez*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Oliveira, C. (1996). *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Pinhal, J. (2006). A Intervenção do Município na Regulação Local da Educação. In J. Barroso (orgs), *A Regulação das Políticas Públicas da Educação: Espaços, Dinâmicas e Atores*. (páginas) Lisboa: Educa.
- Pinhal, J. (2004). Os municípios e a provisão pública da educação. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura (org.), *Políticas e Gestão Local da Educação* (45-60). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Pires, E. (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo: Apresentação e Comentários*. Porto: ASA.
- Ponte, J. P. (1994). *O estudo de caso na investigação em educação matemática*. Quadrante, (vol.3, nº1),3-17.
- Renaut, Alain (2002). *La Libération des Enfants : contribution philosophique à une histoire de l'enfance*. Paris: Calmann-Lévy.
- Rodrigues, M. L. (2010). *A Escola Pública Pode Fazer a Diferença*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Sacristán, J. G. (2005). *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed.
- Steinberg S. R. & Kincheloe J.L. (orgs.) (2001). *Cultura infanti: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sarmiento, M. J. (2005). *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. *Educação e Sociedade*, 26 (91), 361-378, Acedido em agosto 15, 2016, em <http://www.cedes.unicamp.br>.

Sarmento, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In M. J. Sarmento & A. B. Cerisara, *Crianças e miúdos: perspectivas sociológicas da infância e educação* (9-34). Porto: ASA.

Sarmento, M. & Cerisara, A. (2004). *Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Edições Asa

Sarmento, M.J. (2001). Infância, exclusão social e educação para a cidadania ativa. *Revista Movimento, n.º3*.

UNICEF (1990). Convenção sobre os Direitos da Criança. *UNICEF*. Acedido em agosto 15, 2016, em www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Wragg, E. C. (1984). Conducting and Analysing Interviews. In J. Bell et al. (Eds.). *Conducting Small-Scale Investigations in Educational Management* (pp.177-197). United Kingdom: Harper & Row Publishers.

YIN, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed). Thousand Oaks, United Kingdom: SAGE Publications.

Legislação:

Portaria nº703/79 de 26 de dezembro. Diário da República n.º 296/1979, Série I. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 4 de novembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/146550>

Decreto-Lei n.º 538/79 de 31 de dezembro. Diário da República n.º 296/1979, Série I. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 4 de novembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/146550/>

Decreto-Lei n.º 450/82 de 30 de abril. Diário da República n.º 100/1982, Série I. Ministério da Educação e das Universidades. Lisboa. Acedido a 15 de Janeiro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/146552/>

Lei n.º 77/84 de 8 de março. Diário da República n.º 57/1984, Série I. Ministério da administração Interna. Lisboa. Acedido a 4 de novembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/277>

Lei n.º 299/84 de 5 de setembro. Diário da República n.º 206/1984, Série I. Ministérios da Administração Interna, das Finanças e do Plano, da Educação e do Equipamento Social. Lisboa. Acedido a 2 de Novembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/19474/>

Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de dezembro. Diário da República n.º 299/1984-supl- 1.º Série. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 23 de outubro de 2015 em [http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2014/01/enquadramento-legal-da-acao-social-escolar/-](http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2014/01/enquadramento-legal-da-acao-social-escolar/)

Lei n.º 46/86 de 14 de outubro. Diário da República n.º 237/1986, Série I. Assembleia da República. Lisboa. Acedido a 4 de novembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/35639/>

Decreto-Lei n.º 172/91 de 10 de maio. Diário da República n.º 107/1991- Série I- A. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 23 de Outubro de 2015 em <http://dre.tretas.org/dre/26070/>

Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro. Diário da República n.º 215/1999- Série I-A. Ministério da Administração Interna. Lisboa. Acedido a 23 de Outubro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/105584/>

Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de janeiro. Diário da República n.º 12/2003, Série I-A. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Lisboa. Acedido a 10 de novembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/159509/>

Despacho nº 12037/2007 de 18 de junho. Diário da República nº 115/2007, Série II. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 15 de Janeiro de 2016 em <https://dre.tretas.org/dre/214042/>

Decreto-Lei nº 261/2007 de 17 de julho. Diário da República n.º 136/2007, Série I. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 15 de janeiro de 2016 em <https://dre.tretas.org/dre/215957/>

Decreto- Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro. Diário da República nº 4/2008, Série I. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 12 de dezembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/225887/>

Lei nº 21/2008 de 12 de maio. Diário da República n.º 91/2008, Série I. Assembleia da República. Lisboa. Acedido a 12 de dezembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/233931/>

Decreto-Lei nº 144/2008 de 28 de julho. Diário da República nº 144/2008- Série I. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 23 de outubro de 2015 em <http://dre.tretas.org/dre/236905/>

Decreto-Lei nº 55/2009 de 2 de março. Diário da República n.º 42/2009, Série I. Ministério da Educação. Lisboa. Acedido a 15 de janeiro de 2016 em <https://dre.tretas.org/dre/247164/>

Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho. Diário da República n.º 148/2015, 2º Suplemento, Série II. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa. Acedido a 4 de dezembro de 2015 em <https://dre.tretas.org/dre/1036131/>

ANEXOS

TABELA DE CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INDICADORES
Caracterização da população de alunos abrangidos pelo apoio social escolar no 1º ciclo no Município em estudo.		<p>- Despacho 8452-A/2015 de 31 de julho de 2015</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Posicionamento nos escalões de rendimento para a atribuição de abono de família” (artigo 11). • O abono família é adquirido desde que recebam até 1,5 vezes o indexante dos apoios sociais (419,22 euros), multiplicado por 14 vezes. • Para determinar o tipo de escalão é preciso calcular o rendimento de todo o agregado familiar. Esse valor é dividido pelo número de crianças/jovens com direito ao abono de família acrescido de um. • 1º Escalão é de 2.934,54 euros, 2º escalão é de 2.935,55 a 5.869,08 euros e o 3º escalão é de 5.869,09 a 8.803,62 euros. • Alunos cujas famílias estão incluídos no 1º e 2º escalão de rendimentos. • Alunos provenientes de agregados familiares que vivem em Portugal em situação de ilegalidade (artigo 12). • Alunos com necessidades educativas especiais (artigo 13). <p>- Famílias que “comprovem que se encontram há 3 ou mais meses nas condições socioeconómicas que permitem a atribuição destes escalões do abono de família”. (Responsável pela Ação Social Escolar)</p> <p>- Necessário seguir alguns critérios de seleção para a obtenção dos subsídios, como o preenchimento de um formulário de candidatura e entrega de alguns documentos.</p>

<p>Políticas sociais de apoio a casos de carência económica</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho 8452-A/2015 de 31 de julho de 2015 <ul style="list-style-type: none"> • Apoios económicos- participações monetárias em livros e material escolar, refeições, transporte escolar e em atividades de complemento curricular. • Alunos pertencentes ao escalão A têm acesso gratuito a todos estes apoios. • Alunos pertencentes ao escalão B são subsidiados em metade (50%) em comparação com o escalão A. • Alunos pertencentes ao escalão C têm direito a 25% em cada subsídio. • Só os alunos do escalão A e B é que têm acesso aos apoios sociais escolares. - “ Apoios financeiros para manuais e material escolar que são disponibilizados por transferência de verbas para os agrupamentos de escola” (Vereador da Educação) - “Abertura dos refeitórios escolares, durante as interrupções letivas (Natal, Páscoa e junho/julho), para que os alunos com escalão A da Ação Social Escolar (ASE) possam almoçar gratuitamente” (Responsável pela Ação Social Escolar). - “Os alunos do escalão 1 do abono de família recebem anualmente um apoio de 50€ (1.º e 2.º anos) ou 60€ (3.º e 4.º anos) para manuais e material escolar e estes alunos podem almoçar diariamente no refeitório da escola sem qualquer custo para a família” (Vereador da Educação). -“Os alunos do escalão 2 do abono de família recebem anualmente um apoio de 25€ (1.º e 2.º anos) ou 30€ (3.º e 4.º anos) para manuais e material escolar e (...) podem almoçar diariamente no refeitório da escola mediante o pagamento de 0,73€ por refeição” (Vereador da Educação). - Segundo a legislação do despacho 8452-A/2015 de 31 de julho os valores dos subsídios são diferentes dos estipulados pela Câmara Municipal. - Necessário seguir alguns critérios de seleção para a obtenção dos subsídios, como o preenchimento de um formulário de candidatura e entrega de alguns documentos.
---	---

<p>Impactos da crise económica na população de crianças do 1º ciclo do ensino básico</p>	<p>Natureza das políticas sociais de apoio</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A Câmara Municipal “decidiu no natal de 2010 assumir a iniciativa de manter os refeitórios escolares abertos para que os alunos carenciados pudessem usufruir de almoços totalmente gratuitos” (Responsável pela Ação Social Escolar). - “(...)nos últimos anos têm vindo a surgir um número crescente de situações que dão origem a solicitações” (Vereador da Educação). - O valor dos subsídios não sofreu alterações desde o ano letivo de 2011/2012. - “Medidas de apoio à comunidade escolar e às famílias com redobrada atenção e proximidade em articulação com os diretores dos agrupamentos de escolas” (Vereador da Educação) - “Procedimentos tendo em vista o ajustamento dos escalões de apoio e os apoios propriamente ditos, em regra traduzidos nas condições de acesso à refeição escolar” (Vereador da Educação). - “Boa articulação entre os professores titulares de turma e os coordenadores de escola, entre estes e os diretores dos agrupamentos e destes com os serviços municipais de educação” (Vereador da Educação). - Oscilações do número de alunos subsidiários e do número de alunos a requerer almoços gratuitos nas interrupções letivas desde o ano letivo de 2011/2012.
	<p>O seu impacto no combate ao abandono escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “ Identificar e tratar todas as situações de fragilidade nas famílias dos alunos que pudessem repercutir-se no acesso à escola e nos resultados escolares” (Vereador da Educação). - “O abandono escolar ao nível do 1.º ciclo não existe” (Vereador da Educação). - “ Estas medidas apenas contribuíram para as ajustar às necessidades das famílias com uma maior agilidade e eficácia” (Vereador da Educação). - Não existe grande alteração no número de alunos inscritos no 1º ciclo desde o ano letivo de 2011/2012. - Uma das grandes preocupações do município é promover o sucesso escolar de forma inclusiva (Plano de Atividades e Orçamento do Concelho). - Política educativa que juntamente com os agentes sociais ajudam a promover o sucesso escolar de todos os alunos (Plano de Atividades e Orçamento do Concelho). - Sucesso educativo conquista-se quando se melhora os espaços escolares, no investimento, na igualdade, na justiça social e na criação de apoios pedagógicos (Plano de Atividades e Orçamento do Concelho).



Universidade do Minho
Instituto da Educação

Anexo II

Autorização ao Responsável pela Ação Social Escolar

Exmo. Sra. Responsável pela Ação Social Escolar
Câmara Municipal do Concelho

_____de _____de _____

Assunto: Projeto de investigação que tem como principal objetivo verificar como se concretiza a participação do município, no que diz respeito ao apoio social escolar para crianças que frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico.

No âmbito do mestrado em Estudos da Criança, na área de especialização em Intervenção Psicossocial em Crianças, Jovens e Família, na Universidade do Minho, pretendo desenvolver um projeto de investigação na área da educação para perceber como se concretiza a participação da autarquia no que diz respeito ao apoio social escolar para crianças que frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico.

Deste modo, pretendo, com esta investigação, analisar como se processa a participação das autarquias em questões relacionadas com os subsídios escolares para crianças do 1º ciclo e tudo que lhe está subjacente.

Esta investigação será de cariz qualitativo e terá como apoio a análise de documentos oficiais da autarquia referente ao ano de 2015/2016 e na realização de entrevistas semiestruturadas a duas personalidades locais: ao responsável pelo departamento de Educação e ao responsável pelo apoio da ação social escolar do Concelho.

Solicito a vossa colaboração quanto à autorização para consultar documentos oficiais da autarquia na área da educação e do apoio da ação social escolar e à autorização para realizar as entrevistas.

Com os meus cumprimentos,



Universidade do Minho

Instituto da Educação

Anexo III

Autorização ao Vereador da Educação

Pedido de autorização ao vereador da Educação do Concelho

Exmo. Sr. Dr. Vereador da Educação

22 de junho de 2016

Assunto: Projeto de investigação que tem como principal objetivo verificar como se concretiza a participação do município, no que diz respeito ao apoio social escolar para crianças que frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico.

No âmbito do mestrado em Estudos da Criança, na área de especialização em Intervenção Psicossocial em Crianças, Jovens e Família, na Universidade do Minho, pretendo desenvolver um projeto de investigação na área da educação para perceber como se concretiza a participação da autarquia no que diz respeito ao apoio social escolar para crianças que frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico.

Deste modo, pretendo, com esta investigação, analisar como se processa a participação das autarquias em questões relacionadas com os subsídios escolares para crianças do 1º ciclo e tudo que lhe está subjacente.

Esta investigação será de cariz qualitativo e terá como apoio a análise de documentos oficiais da autarquia referente ao ano de 2015/2016 e na realização de entrevistas semiestruturadas a duas personalidades locais: ao vereador da educação do Concelho e ao responsável pelo apoio da ação social escolar do Concelho.

Solicito a vossa colaboração quanto à autorização para realizar a entrevista.

Com os meus cumprimentos,



Universidade do Minho
Instituto da Educação

Anexo IV

Termo do Consentimento Informado

Título da Investigação

“Ação Social Escolar para Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico – o caso de um município do norte do país”

1. Objetivos da investigação:
 - Caracterizar a população de alunos abrangidos pelo apoio social escolar no 1º ciclo no município em estudo;
 - Explicitar que tipo de subsídios escolares tem o município para apoiar os casos com maior carência económica e os critérios para obtê-los;
 - Reconhecer se a atual crise alterou a natureza dos subsídios escolares, bem como o número de subsidiários no 1º ciclo;
 - Compreender o seu impacto no combate ao abandono escolar.

2. Instrumento para a recolha de dados:

A recolha de dados será feita através de uma entrevista semiestruturada a realizar na Câmara Municipal.

Eu, _____, declaro que fui informado dos objetivos e metodologia necessária para a realização da pesquisa, que tem como título a “**Ação Social Escolar para Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico – o caso de um município do norte do país**”.

Sou conhecedor de todos os pressupostos inerentes a esta investigação e sei que a qualquer momento poderei recusar continuar a participar nesta entrevista. Sei que os dados desta entrevista em que participo serão usados meramente para fins científicos e serão destruídos pela pesquisadora no final da investigação. Na fase de tratamento dos dados, estes serão codificados para manter o anonimato. Também fui informado que não terei despesas nem receberei nenhum pagamento ou gratificação pela participação na investigação.

Após o que foi referido, concordo voluntariamente em participar na investigação em causa.

Participante

Anexo V

Boletim de Candidatura – Ação Social Escolar Ano Escolar ____/____/____

A preencher pela escola	
N.º Proc: _____	Escalão: _____
Ano/Turma: ____/____	

Nome da escola que irá frequentar: _____

Nome do aluno: _____ Ano/Turma: ____/____

Morada: _____ Data de nascimento: ____/____/____

NIF _____

	Parentesco com o aluno	(Agregado Familiar) Nome	Profissão	Idade
1	Aluno			
2				
3				
4				
5				
6				

Sendo aluno que transite para o 10º ano, pretende candidatar-se à bolsa de mérito? Sim Não
 (alunos com aprovação a todas as disciplinas do plano curricular e classificação igual ou superior a 4 valores)

Nome do Encarregado de Educação: _____

Parentesco: _____ Profissão: _____ Contacto: _____ NIF _____

Morada _____

O Enc. de Educação assume inteira responsabilidade das informações prestadas e dos documentos entregues.

Assinatura do Enc. Educação: _____ Data: ____/____/____

Documentos obrigatórios a anexar ao Boletim de Candidatura
 Documento do próprio ano, comprovativo do escalão do abono de família emitido pelo Serviço de Segurança Social ou, quando se trata de um trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador.
 No caso de alunos pertencentes a famílias que não disponham de um título válido para entrada, permanência ou residência em território nacional e matriculados condicionalmente - comprovar junto do respetivo estabelecimento de ensino que se encontram em condições de ser integrados nos escalões de rendimento de abono de família a que correspondem os escalões de apoio que conferem direito a esse benefício.
Caso existirem elementos do agregado familiar desempregados devem apresentar Escalão de abono do aluno, o ultimo IRS, Histórico da segurança social e Inscrição no centro de emprego dos elementos que se encontrem nessa situação.

Informação do ASE _____

Data ____/____/____ O Técnico ASE _____

O Diretor deliberou incluir o aluno no escalão: _____
 Data: ____/____/____ O Diretor/O Presidente _____

Formulário de Candidatura para a aquisição da ASE

Anexo VI

GUIÃO DA ENTREVISTA

Data:

Local:

Nome:

Idade:

Cargo:

Início das funções:

Habilitações académicas:

Objetivos	Tópicos gerais	Questões
<ul style="list-style-type: none">• Caracterizar a população de alunos abrangidos pelo apoio social escolar no 1º ciclo no município em estudo.	<ul style="list-style-type: none">-Caracterizar que tipo de alunos recebe apoio Social escolar no 1º ciclo do Ensino Básico.	<p>Que alunos recebe apoio social escolar no 1º ciclo do Ensino Básico?</p>
<ul style="list-style-type: none">• Explicitar que tipo de subsídios escolares tem o município para apoiar os casos com maior carência económica e os critérios para obtê-los.	<ul style="list-style-type: none">- Para as classes mais desfavorecidas economicamente, identificar os apoios escolares que o município tem para oferecer a essas pessoas.- Esclarecer os critérios utilizados para obter esses subsídios.	<p>Que apoios sociais escolares são dados às pessoas com carências económicas?</p> <p>Os subsídios são diferenciados por escalões. Qual é o valor correspondente a cada escalão?</p> <p>Que procedimentos e critérios tem as famílias que tomar para obter estes subsídios?</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer se a atual crise alterou a natureza dos subsídios escolares, bem como o número de subsidiários no 1º ciclo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Registrar se o número de subsidiários aumentou. - Perante os problemas económicos, pela qual as famílias se deparam, a procura para obter este tipo de apoio tem aumentado. - Saber se só as classes mais carenciadas é que procuram este tipo de apoios. 	<p>Quais os efeitos da crise económica no modo como a autarquia tem gerido os subsídios escolares?</p> <p>Houve alguma alteração no perfil de famílias que procura o subsídio escolar?</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o seu impacto no combate ao abandono escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aspetos que mostram que este tipo de apoio foi um incentivo para combater o abandono escolar. - Verificar se houve uma diminuição do número de alunos a abandonar a escola desde o aparecimento destas medidas de apoio. - Estratégias do município para fazer este acompanhamento. 	<p>Quais são os aspetos que mostram que estes apoios são um incentivo para combater o abandono escolar?</p> <p>Quais são os aspetos que mostram que estes apoios são um incentivo para combater o abandono escolar?</p>

ANEXO VII- Entrevista n.º 1 (E1)

Responsável pela Ação Social escolar

Data: 30/03/2016

Local: Divisão de Educação da CM

Nome: Joana Aguiar

Idade: 31 anos

Cargo: Técnica Superior de Nutrição

Início das funções: 2007

Habilitações académicas: Pós-Graduação

1. Que alunos recebe apoio social escolar no 1.º ciclo do Ensino Básico?

Os alunos que recebem apoio social escolar no 1.º ciclo do ensino básico pertencem a agregados familiares integrados nos escalões 1 e 2 do abono de família, conforme definido no Despacho 8452-A/2015 de 31 de julho, ou que comprovem que se encontram há 3 ou mais meses nas condições socioeconómicas que permitem a atribuição destes escalões do abono de família.

2. Que apoios sociais escolares são dados às pessoas com carências económicas?

Os apoios sociais prestados aos alunos são os definidos legalmente (Despacho 8452-A/2015). A estes, a Câmara Municipal acrescenta a abertura dos refeitórios escolares, durante as interrupções letivas (Natal, Páscoa e junho/julho), para que os alunos com escalão A da Ação Social Escolar (ASE) possam almoçar gratuitamente.

3. Os subsídios são diferenciados por escalões. Qual é o valor correspondente a cada escalão?

Os alunos com escalão A beneficiam de refeições escolares totalmente gratuitas e os alunos com escalão B têm uma comparticipação de 50% no valor da refeição escolar, pagando 0,73€/refeição.

Relativamente aos livros e material escolar:

Anos de escolaridade	Comparticipação	
	Escalão A	Escalão B
1.º/2.º anos	50,00€	25,00€
3.º/4.º anos	60,00€	30,00€

4. **Quais os efeitos da crise económica no modo como a autarquia tem gerido os subsídios escolares?**

Na sequência da crise socioeconómica, a CM decidiu no natal de 2010 assumir a iniciativa de manter os refeitórios escolares abertos para que os alunos carenciados pudessem usufruir de almoços totalmente gratuitos. Desde essa altura, em todas as interrupções letivas subsequentes, a CM tem apostado nesta medida. Em média, cerca de 200 alunos carenciados do Concelho usufruem de refeições gratuitas nas interrupções letivas.

5. **Houve alguma alteração no perfil de famílias que procura o subsídio escolar?**

A candidatura à ASE é feita nos Serviços Administrativos dos Agrupamentos de Escolas, pelo que a CM não tem perceção do perfil das famílias que procuram subsídio da ASE.

6. **Que procedimentos e critérios tem as famílias que tomar para obter estes subsídios?**

As famílias têm de efetuar candidatura nos Serviços de Ação Social dos Agrupamentos de Escolas, apresentando a declaração relativa ao abono de família ou documentos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar para reavaliação do escalão.

7. **Quais são os aspetos que mostram que estes apoios são um incentivo para combater o abandono escolar?**

Relativamente à medida adicional adotada pela CM de abertura dos refeitórios escolares nas interrupções letivas para alunos carenciados, constata-se que o número de alunos que usufruíram desta medida tem evoluído da seguinte forma:

2010: 36 alunos carenciados sinalizados
2011: 186 alunos carenciados sinalizados
2012: 210 alunos carenciados sinalizados
2013: 262 alunos carenciados sinalizados
2014: 208 alunos carenciados sinalizados
2015: 150 alunos carenciados sinalizados

ANEXO VIII – Entrevista n.º 2 (E2)

Vereador da Educação da Câmara Municipal

Data: 22/06/2016

Local: Câmara Municipal

Nome: António Correia Pinto

Cargo: Vereador da Educação

Início das funções: 2005

Habilitações académicas: Mestrado

1. Qual a importância que o município dá às questões relacionadas com a ação social escolar?

A Ação Social Escolar é um pilar fundamental da política educativa do concelho na perspetiva da democratização do acesso à educação.

Com o apoio concedido que se traduz no financiamento da aquisição dos manuais escolares e na disponibilização de refeição escolar, todos os alunos têm acesso à escola sem custos para as respetivas famílias.

2. Que tipo de alunos recebe apoio social escolar no 1º ciclo do Ensino básico?

Recebem apoio no âmbito da Ação Social Escolar todos os alunos que recebem abono de família dos escalões 1 e 2:

- Os alunos do escalão 1 do abono de família recebem anualmente um apoio de 50€ (1.º e 2.º anos) ou 60€ (3.º e 4.º anos) para manuais e material escolar;

Estes alunos podem almoçar diariamente no refeitório da escola sem qualquer custo para a família.

- Os alunos do escalão 2 do abono de família recebem anualmente um apoio de 25€ (1.º e 2.º anos) ou 30€ (3.º e 4.º anos) para manuais e material escolar.

Estes alunos podem almoçar diariamente no refeitório da escola mediante o pagamento de 0,73€ por refeição.

3. Será que só as classes mais carenciadas é que procuram este tipo de subsídios?

Em regra só as famílias carenciadas pedem este tipo de apoio. No entanto, nos últimos anos têm vindo a surgir um número crescente de situações que dão origem a solicitações, nem sempre vindas diretamente dos pais e encarregados de educação mas sim por iniciativa dos professores titulares de turma ou dos coordenadores de escola, motivadas por quebras mais ou menos bruscas de rendimentos familiares.

Todas estas situações são imediatamente analisadas e consideradas pela autarquia, caso a caso, por forma a garantir que o aluno tenha acesso aos apoios necessários, designadamente ao nível da refeição escolar.

4. A Câmara Municipal é que fornece aos agrupamentos as verbas para os subsídios e pelo que verifiquei os valores são superiores aos estipulados por lei. É verdade? (escalão A- 1º e 2º ano de 39,60€ para 50€ e 3º e 4º ano de 45,80€ para 60€). Qual foi o valor das verbas para o ano letivo 2015/2016?

Os apoios financeiros para os manuais e material escolar são disponibilizados por transferência de verbas para os agrupamentos.

Como anteriormente referi este apoio considera os seguintes valores:

- Os alunos do escalão 1 do abono de família recebem anualmente um apoio de 50€ (1.º e 2.º anos) ou 60€ (3.º e 4.º anos) para manuais e material escolar;

Estes alunos podem almoçar diariamente no refeitório da escola sem qualquer custo para a família.

- Os alunos do escalão 2 do abono de família recebem anualmente um apoio de 25€ (1.º e 2.º anos) ou 30€ (3.º e 4.º anos) para manuais e material escolar.

Estes alunos podem almoçar diariamente no refeitório da escola mediante o pagamento de 0,73€ por refeição.

5. Que opinião tem o vereador relativamente à diminuição das refeições dadas aos alunos do escalão A nas interrupções letivas (2014/2015 - 262 e 2015/2016 - 150)

Não tive hipótese de aprofundar a informação sobre esta questão porque a técnica se encontra de férias. No entanto, não me parece que a redução a ter existido possa ter algum significado de relevo.

6. Quais os efeitos da crise económica no modo como a autarquia tem gerido os subsídios escolares?

Desde o início da crise que afetou o país que a autarquia tem vindo a gerir as medidas de apoio à comunidade escolar e às famílias com redobrada atenção e proximidade em articulação com os diretores dos agrupamentos de escolas por forma identificar e tratar todas as situações de fragilidade nas famílias dos alunos que pudessem repercutir-se no acesso à escola e nos resultados escolares.

Nesta linha de orientação foram agilizados os procedimentos tendo em vista o ajustamento dos escalões de apoio e os apoios propriamente ditos, em regra traduzidos nas condições de acesso à refeição escolar.

Por outro lado, foi implementado o serviço de refeições nos períodos de interrupção das atividades letivas (Natal, Páscoa e férias grandes), com acesso para todos os alunos do concelho – carenciados ou não – desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

7. Aspetos que mostram que este tipo de apoios foi um incentivo para combater o abandono escolar.

O abandono escolar ao nível do 1.º ciclo não existe nem existia neste concelho pelo que estas medidas apenas contribuíram para as ajustar às necessidades das famílias com uma maior agilidade e eficácia.

9. Tipo de estratégias do município para fazer este acompanhamento.

A estratégia fundamental assenta na boa articulação entre os professores titulares de turma e os coordenadores de escola, entre estes e os diretores dos agrupamentos e destes com os serviços municipais de educação